



ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
DO SISTEMA DE SAÚDE, IP

OTIMIZAR RECURSOS
GERAR EFICIÊNCIA



Relatório e Contas

Gerência

1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017



REPÚBLICA
PORTUGUESA
SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE

www.acss.min-saude.pt

1. Relatório de Gestão
2. Balanço
3. Demonstração de Resultados
4. Mapa 7.1 – Controlo orçamental da despesa
5. Mapa 7.2 – Controlo orçamental da receita
6. Mapa 7.3 – Fluxos de caixa
7. Anexos às demonstrações financeiras
8. Ata do Conselho Diretivo de aprovação de contas
9. Certificação Legal de Contas
10. Relatório e Parecer do Fiscal Único



OTIMIZAR RECURSOS
GERAR EFICIÊNCIA



ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
DO SISTEMA DE SAÚDE, IP

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Relatório de Gestão

Gerência

1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017



REPÚBLICA
PORTUGUESA
SAÚDE



SNS

SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE

www.acss.min-saude.pt

ÍNDICE

1.	Nota introdutória.....	3
2.	Análise execução orçamental	4
2.1	Receita cobrada.....	5
2.1.1	Transferências correntes.....	5
2.1.2	Saldos de Gerência anteriores	6
2.1.3	Impostos indiretos	6
2.1.4	Vendas de bens e serviços.....	6
2.1.5	Outras receitas correntes	6
2.2.	Despesa paga	7
2.2.1	Aquisição de bens e serviços	8
2.2.2	Transferências correntes.....	8
2.2.3	Despesa com Pessoal.....	9
2.2.4	Aquisição de bens de Capital.....	9
2.3	Saldo de Gerência	9
3.	Análise à Demonstração de Resultados.....	9
3.1	Proveitos	9
3.1.1	Transferências e Subsídios Correntes Obtidas.....	10
3.1.2	Prestação de Serviços	10
3.1.3	Proveitos extraordinários	11
3.1.4	Outros proveitos operacionais.....	10
3.2	Custos	11
3.2.1	Fornecimentos e Serviços Externos.....	12
3.2.2	Transferências e subsídios correntes	12
3.2.3	Custos extraordinários	13
3.2.4	Custos com o Pessoal	13
3.3	Resultado líquido	13

1. Nota introdutória

A Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS) foi criada em 2007 e é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio. Prossegue as atribuições do Ministério da Saúde, sob a superintendência e tutela do Ministro de Saúde e tem jurisdição sobre todo o território continental.

A ACSS tem como missão assegurar a gestão dos recursos financeiros e humanos do Ministério da Saúde e do Serviço Nacional de Saúde (SNS), bem como das instalações e equipamentos do SNS, proceder à definição e implementação de políticas, normalização, regulamentação e planeamento em saúde e, em articulação com as Administrações Regionais de Saúde, coordenar a contratação da prestação de cuidados de saúde.

A ACSS pretende ser um organismo de excelência capaz de assegurar a gestão integrada dos recursos do SNS, contando para tal com um grupo de colaboradores com elevado nível de empenho, competência, sentido de serviço público e motivação.

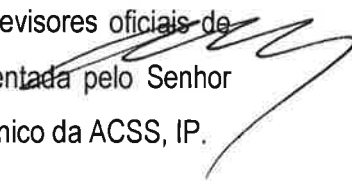
Principais atividades

- Planear e coordenar os recursos financeiros do SNS e controlar o desempenho económico-financeiro dos seus serviços e estabelecimentos.
- Desenvolver as políticas de recursos humanos na saúde, designadamente coordenando o planeamento de recursos humanos, a regulação profissional e a formação no SNS.
- Definir modelos de financiamento para a contratação de cuidados de saúde e acompanhar a execução dos contratos-programa com os hospitais do SNS
- Coordenar a gestão das instalações e equipamentos de saúde no SNS, visando uma organização integrada e a racionalização da rede hospitalar, dos cuidados de saúde primários, da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, incluído a área de saúde mental, e da Rede Nacional de Cuidados Paliativos
- Fornecer o SNS com os adequados sistemas de informação e comunicação e mecanismos de racionalização de compras, através da SPMS
- Coordenar e centralizar a elaboração de informação e estatísticas sobre produção, desempenho assistencial, recursos financeiros e humanos no SNS
- Gerir o Centro de Conferência de Faturas
- Gerir o Sistema Integrado de Gestão do Acesso a Cuidados de Saúde no SNS

- Fomentar a gestão partilhada de recursos no SNS
- Ponto de contacto nacional para os Cuidados de Saúde Transfronteiriços
- Preparar a implementação do Programa Iniciativas de Saúde Pública (EEA Grants)



Por despacho n.º 15296/2014, de 10 de dezembro, foi designada a sociedade de revisores oficiais de contas ABC — Azevedo Rodrigues, Batalha, Costa & Associado, SROC, Lda, representada pelo Senhor Professor José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues, para exercer as funções de fiscal único da ACSS, IP.



É no contexto referido nesta nota introdutória que se elaborou a Conta de Gerência da ACSS referente ao período compreendido entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017.

2. Análise execução orçamental

O orçamento inicial da receita e despesa de 2017 apresentava um total de 6.763,5 milhões de euros (M€).

A dotação do Orçamento de Estado teve um incremento durante o exercício de 445,7M€ tendo sido aplicado em reforços de financiamento dos organismos e serviços do Ministério da Saúde, em especial os Hospitais e Unidades Locais de Saúde e Administrações Regionais de Saúde (ARS).

Os saldos de gerência de 2016 das instituições do Ministério da Saúde transitados para a ACSS, IP totalizaram um montante de 149,6 M€.

A gestão flexível líquida referente à centralização do financiamento da despesa das ARS com a Rede Nacional de Cuidados Continuados (RNCCI), transporte de doentes e vacinas representou o incremento remanescente.

unidade: euro

Orçamento Inicial RECEITA	Orçamento corrigido RECEITA	Orçamento Inicial DESPESA	Orçamento corrigido DESPESA
6.763.493.204	7.413.334.451	6.763.493.204	7.392.907.701

2.1 Receita cobrada

A receita cobrada em 2017 totalizou 7.404,5€ correspondendo a um acréscimo de 22,9% face ao período homólogo tendo como maior incremento a receita do Orçamento de Estado decorrente da centralização do financiamento da despesa das ARS para além dos medicamentos de ambulatório e dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT), da despesa com RNCCI, transporte de doentes e vacinas.

unidade: euro

Designação Receita	2016	2017	Variações	
			Valor	%
02 Impostos indiretos	107.843.908	115.168.760	7.324.852	6,8%
0201 Sobre o consumo	44.749	0	-44.749	-100,0%
0202 Outros	107.799.159	115.168.760	7.369.601	6,8%
04 Taxas, multas e outras penalidades	3.000	5.258	2.258	75,3%
05 Edifícios	0	679.849	679.849	
06 Transferências correntes	5.523.048.604	7.098.673.446	1.575.624.842	28,5%
0603 Administração Central	5.477.218.485	7.058.463.477	1.581.244.992	28,9%
0605 Administração Local	41.808.634	39.896.351	-1.912.283	-4,6%
0609 Países terceiros e organizações intern:	4.021.485	313.618	-3.707.867	-92,2%
07 Vendas de bens e serviços	31.958.992	25.777.633	-6.181.359	-19,3%
08 Outras receitas correntes	28.209.021	14.363.956	-13.845.065	-49,1%
10 Transferências de capital	1.170.558	0	-1.170.558	-100,0%
15 Reposições não abatidas pagamentos	12.199	489.495	477.296	3912,6%
16 Saldo Gerência anterior	332.883.731	149.363.920	-183.519.811	-55,1%
Total Receita	6.025.130.013	7.404.522.316	1.378.712.454	22,9%

2.1.1 Transferências correntes

As transferências correntes totalizaram 7.098,7M€ verificando-se um incremento homólogo de 28,5% representando 95,9% do total da receita.

A receita do Orçamento de Estado (OE) cobrada em 2017 totalizou 7.030,5M€ e o aumento face ao exercício transato foi assegurado por forma a permitir o reforço de financiamento das entidades do Ministério da Saúde e adicionalmente, conforme anteriormente referido, à centralização, na ACSS, IP, do financiamento de rubricas de despesa das ARS.

A receita proveniente do saldo do ano do INFARMED totalizou 28,0 M€.

As transferências autarquias das autarquias locais, os serviços municipalizados e as empresas locais do continente pela prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores conforme estipulado no artigo 144.º da Lei do Orçamento de Estado de 2017 foram de 39,9M€ e tiveram uma redução de 1,9M€, representando -4,6%.

O financiamento do Programa Iniciativas em Saúde Pública EEA Grants totalizou 0,3M€ e teve um decréscimo significativo em comparação com o ano anterior em virtude de se ter verificado a redução do financiamento dos promotores pelo facto dos projetos se encontrarem em fase de conclusão.

2.1.2 Saldos de Gerência anteriores

As receitas provenientes dos saldos de gerência do Programa Orçamental da Saúde de 2016 atingiram 149,4M€ dos quais 70,3M€ representou o saldo de gerência da ACSS já deduzido da restituição efetuada à DGO no montante de 230,6 mil euros.

Em 2016, as receitas provenientes dos saldos de gerência do Programa Orçamental da Saúde atingiram 332,9M€ dos quais 281,2M€ representou o saldo de gerência da ACSS.

2.1.3 Impostos indiretos

As receitas cobradas da distribuição dos resultados líquidos dos Jogos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa totalizaram 112,8M€ e a receita de jogo *online* transferida para a ACSS, IP pelo Turismo de Portugal foi de 2,4M€.

Nesta sub-rubrica de receita verificou-se um incremento de 7,4M€, representando 6,8%.

2.1.4 Vendas de bens e serviços

Este tipo de receita incorpora fundamentalmente as cobranças efetuadas ao estrangeiro no âmbito do programa das Convenções Internacionais tendo atingido 25,8M€ constatando-se um decréscimo de 19,3% com o total de 6,2M€ face ao período homólogo.

A França foi o país que transferiu o maior volume de receita.

2.1.5 Outras receitas correntes

As contribuições em dinheiro relativas ao Acordo com a APIFARMA e a acordos de comparticipação transferidas pela Indústria Farmacêutica totalizaram cerca de 14M€.

A redução acentuada face ao ano anterior de cerca 50% deveu-se à diminuição das contribuições efetuadas em dinheiro pela indústria farmacêutica, face ao período homólogo, e em especial aos acordos de comparticipação.

No quadro seguinte apresenta-se uma análise por natureza de receita:

unidade: euro

Designação Receita	2016	2017	Variações	
			Valor	%
Transferência Orçamento de Estado	5.452.068.485	7.030.463.477	1.578.394.992	29,0%
Saldos PO Saúde	332.890.643	149.363.920	-183.526.723	-55,1%
Jogos sociais da SCML	106.604.376	112.777.622	6.173.246	5,8%
Administração local	41.801.491	39.896.303	-1.905.188	-4,6%
Saldo do ano - INFARMED	25.150.000	28.000.000	2.850.000	11,3%
Convenções internacionais	31.910.267	25.475.088	-6.435.179	-20,2%
Acordo APIFARMA/ Acordos participação	27.561.565	14.032.821	-13.528.744	-49,1%
Jogos online	1.194.784	2.391.138	1.196.354	100,1%
Alienação imóvel	640.624	679.849	39.225	6,1%
Reposição não abatidas	12.199	489.495	477.296	3912,6%
Carteiras profissionais e atos certificativos técnicos Saúde e outros	171.067	331.183	160.116	93,6%
EEA Grants	3.662.689	313.618	-3.349.071	-91,4%
Licenças de aplicações informáticas da ACSS	525.344	302.545	-222.799	-42,4%
Taxas serviços de sangue, órgãos tecidos e células	3.000	5.258	2.258	75,3%
Subsídio Fundo Reabilitação e Conservação Património	529.935	0	-529.935	-100,0%
Projetos co-financiados	358.796	0	-358.796	-100,0%
Contribuição extraordinária da Indústria farmacêutica	44.749	0	-44.749	-100,0%
Total Receita	6.025.130.013	7.404.522.316	1.379.392.303	22,9%

2.2 Despesa paga

A despesa paga em 2017 aumentou 22,9% tendo totalizado 7.317,2M€ sendo que a taxa de execução alcançou os 99,9% do orçamento.

unidade: euro

Designação Despesa	2016	2017	Variações	
			Valor	%
01 Despesa com Pessoal	5.655.141	5.820.996	165.855	2,9%
0101 Remunerações certas e permanentes	4.536.311	4.657.159	120.848	2,7%
0102 Abonos variáveis ou eventuais	43.836	61.014	17.178	39,2%
0103 Segurança Social	1.074.994	1.102.823	27.830	2,6%
02 Aquisição de Bens e Serviços	4.730.994.573	4.841.617.572	110.622.999	2,3%
0220 Trabalhos especializados	5.597.303	4.414.958	-1.182.345	-21,1%
0222 Serviços de Saúde	4.710.771.991	4.822.503.319	111.731.328	2,4%
0223 Outros Serviços de Saúde	13.237.736	13.337.361	99.625	0,8%
02 Outros	1.387.543	1.361.934	-25.610	-1,8%
03 Juros e Outros Encargos	15.892	801	-15.091	-95,0%
04 Transferências Correntes	1.216.953.374	2.469.612.696	1.252.659.321	102,9%
0401 Públicas	0	241.742	241.742	
0403 Administração Central	1.206.835.970	2.458.992.198	1.252.156.228	103,8%
0404 Administração Regional	38.003	0	-38.003	-100,0%
0405 Administração Local	1.279	0	-1.279	-100,0%
0406 Segurança Social	1.121.317	1.085.753	-35.563	-3,2%
0407 Instituições sem fins lucrativos	8.875.160	9.275.745	400.585	4,5%
0408 Famílias	81.646	17.257	-64.389	-78,9%
06 Outras Despesas Correntes	47.144	34.210	-12.934	-27,4%
07 Aquisição de Bens de Capital	949.535	117.380	-832.155	-87,6%
Total Despesa paga	5.954.615.661	7.317.203.654	1.362.587.994	22,9%

2.2.1 Aquisição de bens e serviços

A aquisição de bens e serviços totalizou 4.841,6 M€ representando 2/3 da estrutura da despesa.

A execução na sub-rubrica de serviços de saúde respeita à despesa com os adiantamentos dos Contratos Programa com os Centros Hospitalares, Hospitais e Unidades Locais de Saúde, Entidades Públicas Empresariais (EPE), com o financiamento dos programas de financiamento verticais a essas entidades e com o Contrato-Programa com a SPMS, EPE.

A execução desta despesa incrementou 111,7M€ face ao ano transato relacionada com o aumento do total dos adiantamentos Contrato-Programa sendo no entanto compensados pela diminuição do financiamento dos programas verticais.

Os outros serviços de saúde no montante de 13,3M€ são relativos à despesa com o pagamento ao estrangeiro das Convenções Internacionais mantendo-se estável face à execução do ano anterior.

O financiamento do Centro de Conferência de Faturas está refletido na rubrica de trabalhos especializados tendo-se verificado uma redução da despesa face ao período homólogo.

2.2.2 Transferências correntes

As transferências correntes totalizaram 2.469,6M€ representando 1/3 da despesa total.

O incremento expressivo deveu-se fundamentalmente ao financiamento centralizado efetuado às Administrações Regionais de Saúde (ARS). A despesa com farmácias das ARS foi financiada via ACSS, IP desde o início de 2017 sendo que, por outro lado, no ano anterior o financiamento tinha sido iniciado já no decorrer do ano contribuindo este facto para o aumento em comparação homóloga de 351,6M€.

O financiamento centralizado pela ACSS, IP, que se iniciou em 2017, da despesa das ARS referente a MCDT de 711,9M€, RNCCI (excetuando financiamento via Jogos Sociais) de 64,9M€, transporte de doentes de 24,5M€ e vacinas de 20,8M€ contribuiu igualmente para o incremento acima referido.

Os reforços de financiamento fundamentalmente a Serviços e Fundos Autónomos e a Hospitais SPA foram também significativamente superiores ao ano transato.

A despesa financiada com a receita da distribuição dos resultados líquidos dos Jogos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa foi de 97,0M€ tendo registado um incremento de cerca 4,5 M€ face ao ano transato.

O financiamento destinado ao Centro de Atendimento do SNS efetuado inicialmente à DGS e posteriormente à SPMS, EPE foi de 4,8 M€ diminuindo 0,9M€.

2.2.3 Despesa com Pessoal

As despesas com o pessoal totalizaram 5,8M€ registando um incremento de 2,9%, devido à reversão das reduções salariais.

2.2.4 Aquisição de bens de Capital

As despesas com investimento decresceram em virtude das obras de remodelação no Parque de Saúde de Lisboa, edifícios 16 e 18 para a instalação dos serviços da ACSS terem sido concluídas.

2.3 Saldo de Gerência

O saldo de gerência de 2017 a transitar para o ano de 2018 foi de 87.318.662 € resultado da diferença entre a receita cobrada de 7.404.522.316€ e a despesa paga de 7.317.203.654 €.

O saldo de disponibilidades a transitar foi de 87.795.113 € sendo que o montante de 476.451€ se refere a operações extra-orçamentais.

3. Análise à Demonstração de Resultados

3.1 Proveitos

Os proveitos obtidos em 2017 totalizaram 7.391,0 M€ apresentando um incremento de 25,3% em comparação com o ano anterior.

As transferências do Orçamento de Estado são a rubrica com maior peso na estrutura dos proveitos representando 95,1%.

unidade: euro

POCMS	Designação	2016	2017	Variações		Peso
				Valor	%	
71	Prestação Serviços	74.180.957	71.082.883	-3.098.074	-4,2%	1,0%
	Convenções Internacionais	73.097.439	69.476.298	-3.621.141	-5,0%	0,9%
	Faturação aplicações informáticas	1.083.517	1.606.585	523.067	48,3%	0,0%
72	Impostos e taxas	3.000	5.258	2.258	75,3%	0,0%
74	Transferências Subs. Correntes	5.683.064.942	7.295.537.715	1.612.472.773	28,4%	98,7%
741	Estado	5.452.068.485	7.030.463.477	1.578.394.992	29,0%	95,1%
742	Transferências correntes obtidas	122.582.636	147.290.114	24.707.478	20,2%	2,0%
749	Subsídios correntes obtidos -outras ent	108.413.821	117.784.124	9.370.304	8,6%	1,6%
76	Outros Prov. Ganhos Operacionais	27.363.728	14.295.196	-13.068.532	-47,8%	0,2%
78	Proveitos e ganhos financeiros	36.044	679.849	643.805	1786,2%	0,0%
79	Prov. Ganhos Extraordinários	111.827.309	9.447.939	-102.379.370	-91,6%	0,1%
	Total	5.896.475.980	7.391.048.840	1.494.572.860	25,3%	100,0%

3.1.1 Transferências e Subsídios Correntes Obtidas

Os proveitos desta rubrica totalizaram 7.295,5M€ e tiveram um acréscimo de 1.612,5M€ que representa uma variação percentual de 28,4%.

O maior contributo foi assegurado pelas transferências do Orçamento de Estado no total de 7.030,5 M€ que apresentaram um incremento acentuado, conforme anteriormente referido, decorrente das verbas utilizadas para financiamento centralizado da despesa das ARS e reforços de financiamento para entidades do Ministério da Saúde, em especial as EPE.

Nas transferências correntes obtidas foram contabilizadas as transferências provenientes dos municípios, juntas de freguesias e empresas municipalizadas de acordo com a Lei do Orçamento de Estado no montante total de 39,9M€, constatando-se uma redução.

Os saldos de gerência das instituições do Ministério da Saúde, incluindo do Centro Hospitalar de Entre-Douro e Vouga, EPE, transitados para a ACSS totalizaram 79,1M€ e o INFARMED contribuiu com o saldo gerado no ano de 28,0M€.

Verifica-se um incremento nesta sub-rubrica de proveitos face ao período transato de 24,7M€ (20,2%).

Os proveitos provenientes do apuramento dos resultados líquidos dos Jogos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) que totalizaram 115,4 M€ sendo que esse montante inclui o acréscimo de proveitos decorrente do apuramento efetuado no último trimestre de 2017 mas cuja transferência foi efetuada para a ACSS, IP no início de 2018. Os proveitos referentes aos Jogos *online*, cujas verbas foram transferidas pelo Turismo de Portugal, estão também considerados e representam cerca de 2,4 M€.

3.1.2 Prestação de Serviços

Os proveitos apurados e referentes à prestação de cuidados de saúde de cidadão estrangeiros em território nacional e no âmbito do programa das Convenções Internacionais foram de 69,5M€ conduzindo a um decréscimo de 3,6M€ face ao ano anterior. Os proveitos contabilizados consideram acréscimos referente a períodos cuja faturação ainda não foi emitida ao estrangeiro.

3.1.3 Outros proveitos operacionais

Os outros proveitos operacionais incluem as contribuições em dinheiro da indústria farmacêutica relativas ao Acordo APIFARMA e aos acordos de comparticipação assinados com o INFARMED sendo a redução face ao período homólogo é essencialmente referente à redução das contribuições no âmbito dos acordos de comparticipação.

3.1.4 Proveitos extraordinários

Os proveitos extraordinários apresentam um acentuado decréscimo motivado pela contabilização efetuada em 2016 do impacto do apuramento adicional de contribuição no âmbito do Acordo APIFARMA de 2015 de 56,6M€.

Adicionalmente, o impacto a favor da ACSS, IP da revisão das estimativas dos Contratos-Programa com as EPE até 2016 foram contabilizados em resultados transitados atento o montante de grande significado e por forma a permitir assegurar consistência na contabilização face às orientações transmitidas às EPE, sendo que no ano transato o impacto a favor da ACSS, IP do encerramento dos CP foi efetuado por contrapartida de proveitos extraordinários.

3.2 Custos

Os custos totais em 2017 ascenderam a 7.346,6 M€ o que representa um aumento de 20,7% face ao período homólogo analisando-se de seguida as principais rubricas.

unidade: euro

POCMS	Designação	2016	2017	Variações		Peso
				Valor	%	
61	Custo Mercadorias Matérias Consumidas	60.169	24.918	-35.251	-58,6%	0,0%
62	Fornecimentos Serviços Externos	4.800.594.493	4.817.286.204	16.691.711	0,3%	65,6%
62191	Convenções internacionais	73.000.377	38.816.209	-34.184.168	-46,8%	0,5%
62192	Entidades Públicas Empresariais	4.708.019.967	4.759.426.612	51.406.645	1,1%	64,8%
62193	Contrato Programa SPMS	12.442.757	13.302.429	859.673	6,9%	0,2%
62199	Outros Subcontratos	0	0	0		0,0%
622	Fornecimentos e Serviços	7.131.392	5.740.953	-1.390.439	-19,5%	0,1%
63	Transferências Subs. Correntes	1.237.595.761	2.508.899.731	1.271.303.969	102,7%	34,2%
6311	Sociedades e quase soc. não financ.	0	241.742	241.742	0,0%	0,0%
63131	Estado	27.695.089	19.976.650	-7.718.439	-27,9%	0,3%
63135	Serviços e Fundos Autónomos	1.206.871.404	2.487.131.622	1.280.260.217	106,1%	33,9%
6316	Segurança Social	1.114.827	1.092.964	-21.862	-2,0%	0,0%
6317	Instituições s/fins lucrativos	1.875.160	275.745	-1.599.415	-85,3%	0,0%
	Outros	39.282	181.007	141.725	360,8%	0,0%
64	Custos com Pessoal	5.685.075	5.881.789	196.713	3,5%	0,1%
641	Remunerações Órgãos Diretivos	295.549	316.279	20.730	7,0%	0,0%
642	Remunerações do Pessoal	4.260.688	4.431.908	171.220	4,0%	0,1%
645	Encargos sobre remunerações	1.018.920	1.070.313	51.393	5,0%	0,0%
	Outros	109.919	63.288	-46.631	-42,4%	0,0%
65	Outros Custos Perdas Operacionais	47.144	34.210	-12.934	-27,4%	0,0%
66	Amortizações	145.436	205.107	59.671	41,0%	0,0%
67	Provisões	0	0	0	0,0%	0,0%
68	Custos Perdas Financeiros	16.042	864	-15.178	-94,6%	0,0%
69	Custos Perdas extraordinários	44.408.481	14.305.894	-30.102.587	-67,8%	0,2%
	Total	6.088.552.603	7.346.638.716	1.258.086.113	20,7%	100%

3.2.1 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica totaliza 4.817,3 M€ representando cerca de 2/3 da estrutura de custos tendo-se verificado um incremento face ao período homólogo de 16,7M€.

Os custos com os Contratos-Programa (CP) das Entidades Públicas Empresariais (EPE) representaram 4.688,5 M€ sendo o montante remanescente de 71,0M€ referente ao financiamento dos Programas Verticais a essas entidades.

Verificou-se um incremento do custo referente aos CP e, por outro lado, diminuição dos custos referentes ao financiamento dos programas verticais.

As convenções internacionais apresentam um custo de 38,8M€ foram apurados e contemplam acréscimos referentes a faturação ainda não recebida do estrangeiro. Constata-se uma diminuição acentuada face ao período homólogo.

O custo com o Contrato-Programa com a SPMS,EPE contabilizado como FSE foi de 13,3M€ e diminuiu cerca de 0,9M€. Salienta-se, no entanto, que o custo referente aos serviços de manutenção e contínuo é contabilizado na rubrica de transferências correntes.

3.2.2 Transferências e subsídios correntes

Os custos com as transferências correntes ascenderam a 2.508,9 M€ representando 34,2% da estrutura de custos.

Conforme anteriormente referido o incremento deveu-se fundamentalmente à centralização na ACSS, IP do financiamento de outras rubricas de despesa das ARS, para além das farmácias, como os MCDT, RNCCI, Transporte de doentes e vacinas que totalizaram 2.110,6M€ tendo sido contabilizado na sub-rubrica dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA).

Adicionalmente, os reforços efetuados aos SFA foram superiores face ao ano anterior verificando-se, igualmente, um incremento dos custos de financiamento destas entidades por conta dos resultados líquidos dos Jogos Sociais da SCML.

Os custos referentes aos encargos com a prestação de cuidados de saúde com estrangeiros a financiar a entidades do SNS foram de 45,8M€.

Os serviços de manutenção e contínuo da SPMS, EPE contabilizados na rubrica de transferências correntes e anteriormente mencionados totalizaram 30,0 M€.

As transferências para os Serviços Integrados ascenderam a cerca de 20,0M€ verificando-se um decréscimo de 7,7 M€.

3.2.3 Custos extraordinários

Os custos e perdas extraordinárias totalizaram 14,3 M€ e foram referentes ao impacto do apuramento de custos de anos anteriores referentes a Programas Verticais no montante de 5,9M€ e do apuramento dos passivos às Regiões Autónomas referentes às Convenções Internacionais no montante de 8,2M€.

O acentuado decréscimo deve-se ao facto do impacto negativo do encerramento de CP de anos anteriores, e à semelhança do impacto positivo, ter sido contabilizado por contrapartida de resultados transitados atento o montante de grande significado e por forma a permitir assegurar consistência na contabilização face às orientações transmitidas às EPE.

3.2.4 Custos com o Pessoal

Os custos com o pessoal totalizaram 5,9 M€ verificando-se um incremento face ao período homólogo, de 3,5% relacionado com a reversão das reduções salariais.

3.3 Resultado líquido

O resultado líquido da ACSS do exercício de 2017 totalizou 44.410.123,99 € sendo que será proposto à Tutela que o referido resultado seja incorporado em resultados transitados.

O CONSELHO DIRETIVO

José Carlos Caiado
Presidente do Conselho Diretivo

Pedro Alexandre
Vogal do Conselho Diretivo

Carla Gonçalo
Vice-Presidente do Conselho Diretivo

Ricardo Mestre
Vogal do Conselho Diretivo

Relatório de Gestão

Gerência

1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017

24 de abril de 2018

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE, IP

Parque de Saúde de Lisboa | Edifício 16, Avenida do Brasil, 53

1700-063 LISBOA | Portugal

Tel Geral (+) 351 21 792 58 00 Fax (+) 351 21 792 58 48



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**
SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE

www.acss.min-saude.pt

5 - BALANÇO ANALÍTICO

ATIVO
ATIV./DEPTO.: Todos

DE: JANEIRO
A: DEZEMBRO

MAPAS

CONTAS		EXERCÍCIOS			
Código	Designação	Activo Bruto	Amortizaç./Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
	IMOBILIZADO:				
	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:				
451	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	0,00	0,00	0,00	0,00
455	Bens patrim histórico, artist e cultur	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizaç em curso bens dominio	0,00		0,00	0,00
446	Adiantament p/conta bens dom púb.	0,00		0,00	0,00
	Total bens de domínio público:	0,00	0,00	0,00	0,00
	IMOBILIZACOES INCORPOREAS:				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas investigação e desenvolvim	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizaç em curso imob incorpor	0,00		0,00	0,00
449	Adiantamentos p/conta imob.incorp.	0,00		0,00	0,00
	Total imobilizações incorpóreas:	0,00	0,00	0,00	0,00
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
421	Terrenos e recursos naturais	750.000,00	0,00	750.000,00	750.000,00
422	Edifícios e outras construções	4.423.965,73	737.529,51	3.686.436,22	3.716.520,92
423	Equipamento básico	158,99	158,99	0,00	0,00
424	Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
425	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00
426	Equipamento administr e informático	8.325.592,23	8.045.938,25	279.653,98	373.220,49
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
442	Imobilizaç em curso imobil corpóreas	0,00		0,00	0,00
448	Adiantament p/conta imob.corpóreas	0,00		0,00	0,00
	Total imobilizações corpóreas:	13.499.716,95	8.783.626,75	4.716.090,20	4.839.741,41
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				
411	Partes de capital	0,00		0,00	0,00
412	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
414	Investimentos em imóveis	0,00		0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizaç em curso invest financeir	0,00		0,00	0,00
447	Adiantament p/conta invest. financ	0,00		0,00	0,00
	Total investimentos financeiros:	0,00	0,00	0,00	0,00
	CIRCULANTE:				
	EXISTÊNCIAS:				
36	Matérias primas,subsid. e consumo	21.831.462,99	21.789.075,00	42.387,99	48.849,09
34	Sub-produtos, desperd. resid. e refug.	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos p/conta de compras	0,00		0,00	0,00
	Total existências:	21.831.462,99	21.789.075,00	42.387,99	48.849,09

@ Acorda
CG
mu

5 - BALANÇO ANALÍTICO

ACTIVO

MAPAS

CONTAS		EXERCÍCIOS			
Código	Designação	N		N-1	
		Activo Bruto	Amortizaç./Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
	DIVIDAS TERC.-Médio long pra	0,00	0,00	0,00	0,00
	DIVIDAS DE TERC. - Curto pra				
28	Empréstimos concedidos .	0,00		0,00	0,00
211	Clientes c/c .	252.208.771,72		252.208.771,72	253.812.837,29
213	Utentes c/c .	0,00		0,00	0,00
215	Instituições do Estado .	14.121.321,85		14.121.321,85	12.878.322,63
218	Clientes e utentes cobrança duvidosa .	0,00	0,00	0,00	0,00
251	Devedores p/execução do orçamento .	0,00		0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores .	1.041.556.540,49		1.041.556.540,49	1.020.843.545,71
2619	Adiantamentos a fornec imobilizado .	0,00		0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos .	43,02		43,02	0,00
262/3/4 + 267/8	Outros devedores .	14.283.305,93	0,00	14.283.305,93	225.502.675,29
	Total dividas de terceiros:	1.322.169.983,01	0,00	1.322.169.983,01	1.513.037.380,92
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS:				
151	Ações .	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação .	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos da dívida pública .	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos .	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria .	0,00		0,00	0,00
	Total títulos negociáveis:	0,00	0,00	0,00	0,00
	DEPÓSIT INST FINANCAIXA:				
13	Conta no Tesouro .	87.795.113,19		87.795.113,19	71.801.794,67
12	Depósitos em instituições financeiras	0,00		0,00	0,00
11	Caixa .	0,00		0,00	0,00
	Total depósitos e caixa:	87.795.113,19		87.795.113,19	71.801.794,67
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271	Acréscimos de proveitos .	190.400.149,75		190.400.149,75	142.863.996,63
272	Custos diferidos .	1.616.907,24		1.616.907,24	66.127.005,58
	Total acréscimos e diferimentos:	192.017.056,99		192.017.056,99	208.991.002,21
	Total de amortizações:		8.783.626,75		
	Total de provisões:		21.789.075,00		
	TOTAL DO ACTIVO:	1.637.313.333,13	30.572.701,75	1.606.740.631,38	1.798.718.768,30

5 - BALANÇO ANALÍTICO FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

CONTAS		EXERCÍCIOS	
Código	Designação	N	N-1
FUNDO PATRIMONIAL:			
51	Património .	805.808.746,26	805.808.746,26
56	Reservas de reavaliação.	0,00	0,00
RESERVAS:			
571	Reservas legais .	0,00	0,00
572	Reservas estatutárias .	0,00	0,00
574	Reservas livres .	0,00	0,00
575	Subsídios .	43.565.870,20	43.565.870,20
576	Doações .	5.400,98	5.400,98
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	0,00	0,00
Total das reservas:		43.571.271,18	43.571.271,18
59	Resultados transitados .	-845.753.753,13	-895.986.213,60
88	Resultado líquido do exercício .	44.410.123,99	-192.076.622,49
TOTAL DO FUNDO PATRIMONIAL:		48.036.388,30	-238.682.818,65
PASSIVO:			
PROVISÕES:			
291	Provisões para cobranças duvidosas .	0,00	0,00
292	Provisões p/riscos encargos.	3.002.973,56	4.441.423,71
Total de provisões:		3.002.973,56	4.441.423,71
2312	DIVIDAS A TERCEIROS-Médio e longo pra	0,00	0,00
DIVIDAS A TERCEIROS-Curto prazo:			
219	Adiantamentos de clientes, utentes e instit. MS .	0,00	0,00
221	Fornecedores c/c .	809.723.533,42	283.527.425,43
228	Fornecedores - Facturas recepção e conferência	0,00	0,00
2311	Empréstimos obtidos .	0,00	0,00
252	Credores pela execução do orçamento .	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado c/c .	0,00	29.507,70
24	Estado e outras entes públicos .	210.080,35	204.192,05
262/3/4 + 267/8	Outros credores .	34.049.204,23	449.428.505,10
Total de dividas a terceiros:		843.982.818,00	733.189.630,28
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
273	Acréscimos de custos.	711.718.451,52	1.299.770.532,96
274	Proveitos diferidos.	0,00	0,00
Total acréscimos e diferimentos:		711.718.451,52	1.299.770.532,96
TOTAL DO PASSIVO:		1.558.704.243,08	2.037.401.586,95
TOTAL F. PRÓPRIOS E PASSIVO:		1.606.740.631,38	1.798.718.768,30

O Responsável

O Conselho de Administração

José Guerreiro
Diretora do Departamento
Armanda Moura

José Guerreiro
Coordenador da Unidade
de Contabilidade
10 MAI 2018

José Carlos Caiado
Presidente do Conselho Diretivo
Carla Gonçalo
Vice-Presidente do Conselho Diretivo
16:31:19

Porto Alexandre
Vogal do Conselho Diretivo

Página 3 de 3

Carlo Mestre
Conselho Diretivo

6 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CUSTOS E PERDAS

DE: JANEIRO

ANO: 2017

ATIV./DEPTO.:

Todos

A: DEZEMBRO

CONTAS

EXERCÍCIOS

MAPA6

Código	Designação	N	N-1
61	CUSTOS MERC., VEND. M. CONS.:		
612	Mercadorias.	0,00	0,00
616	Matérias de consumo .	24.918,39	60.169,21
		24.918,39	60.169,21
62	Fornecimentos e serviços externos.	4.817.286.203,68	4.800.594.493,17
64	CUSTOS COM O PESSOAL:		
641	Remunerações dos órgãos directivos .	316.279,16	295.548,83
642	Remunerações de pessoal .	4.431.908,16	4.260.687,72
643	Pensões .	3.080,14	1.281,91
645	Encargos sobre remunerações .	1.070.313,27	1.018.920,05
646	Seguros acid trab e doenç profissionais .	513,28	132,55
647	Encargos sociais voluntários .	6.929,52	13.553,84
648	Outros custos com o pessoal .	34.998,68	12.447,08
649	Estágios profissionais .	17.766,40	82.503,44
		5.881.788,61	5.685.075,42
63	Transf. correntes conc. e prest. soc .	2.508.899.730,68	1.237.595.761,21
66	Amortizações do exercício .	205.107,05	145.436,41
67	Provisões do exercício .	0,00	0,00
		205.107,05	145.436,41
65	Outros custos e perdas operacionais .	34.209,97	47.144,43
	(A)	7.332.331.958,38	6.044.128.079,85
68	Custos e perdas financeiras .	864,01	16.042,26
	(C)	7.332.332.822,39	6.044.144.122,11
69	Custos e perdas extraordinárias .	14.305.893,58	44.408.480,72
	(E)	7.346.638.715,97	6.088.552.602,83
86	Imposto s/rendimento do exercício .	0,00	0,00
	(G)	7.346.638.715,97	6.088.552.602,83
88	Resultado líquido do exercício .	44.410.123,99	-192.076.622,49
		7.391.048.839,96	5.896.475.980,34

6 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

PROVEITOS E GANHOS

CONTAS

EXERCÍCIOS

Código	Designação	N	N-1
71	VENDAS E PRESTAÇ. SERVIÇOS		
711	Vendas .	0,00	0,00
712	Prestações de serviços .	71.082.883,02	71.082.883,02
			74.180.956,75
72	Impostos, taxas e outros .	5.257,61	3.000,00
75	Trabalhos p/própria instituição .	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares .	0,00	0,00
74	TRANSF.SUBSID.CORRENT.OBTID		
741	Transferências - TESOURO .	7.030.463.477,00	5.452.068.485,00
742	Transferências correntes obtidas .	147.290.113,70	122.582.636,20
743	Subsid correntes obt-Out.ent.es públic .	0,00	0,00
749	De outras entidades .	117.784.124,44	7.295.537.715,14
			108.413.820,81
76	Outros proveitos/ganhos operacionai	14.295.196,06	27.363.728,39
	(B)	7.380.921.051,83	5.784.612.627,15
78	Proveitos e ganhos financeiros.	679.848,75	36.044,25
	(D)	7.381.600.900,58	5.784.648.671,40
79	Proveitos e ganhos extraordinários.	9.447.939,38	111.827.308,94
	(F)	7.391.048.839,96	5.896.475.980,34

RESUMO:

N

N-1

RESULTADOS OPERACIONAIS .	48.589.093,45	-259.515.452,70
RESULTADOS FINANCEIROS .	678.984,74	20.001,99
RESULTADOS CORRENTES .	49.268.078,19	-259.495.450,71
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS .	-4.857.954,20	67.418.828,22
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS .	44.410.123,99	-192.076.622,49
IMPOSTO S/RENDIMENTO EXERCÍCIO .	0,00	0,00
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO .	44.410.123,99	-192.076.622,49

O Responsável

José Guerreiro
Coordenador da Unidade

Armanda Moura

Armanda Moura
Diretora do Departamento
de Contabilidade

O Conselho de Administração

José Carlos Caiado
Presidente do Conselho Diretivo

Pedro Alexandre
Vogal do Conselho Diretivo

Carla Gonçalo

Vice-Presidente do Conselho Diretivo

Ricardo Mestre
Vogal do Conselho Diretivo

24 ABR 2018

16:19:56

Página 2 de 2

ATIV./DEPTO.:

Todos

BALANCETE DE CONTROLO ORÇAMENTAL - Despesa (Mapa 7.1)

31-12-2017

C. Organica	Prog. Med.	Fonte Fin.	Class. Func.	Classificação Económica		Act.	Projecto Regional.	Ent. Parc.	Dotações Corrigidas	Cativos/ Congelam.	Comp. Assumidos	Despesa paga			Diferenças		Grau %	
				Código A1.Sub	Designação							Do ano	De anos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Saldos		Compromissos por pagar
Sec.Cap.Div Solv	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)			(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(10)+(11)	(13)=(7)-(8)-(9)	(14)=(7-8-12)	(15) = (9) - (12)	(16)
121030100	13 20	311	221		01.01.02	254	0	0	215.333€	0€	215.139€	197.309€	16.775€	214.084€	194€	1.249€	1.055€	
121030100	13 20	311	221		01.01.03	254	0	0	2.106.816€	0€	2.086.964€	1.914.607€	172.357€	2.086.964€	19.852€	19.852€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.01.04	254	0	0	20.246€	0€	20.245€	17.457€	2.788€	20.245€	1€	1€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.01.06	254	0	0	9.612€	0€	9.612€	9.612€	0€	9.612€	0€	0€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.01.09	254	0	0	1.386.052€	0€	1.386.051€	1.260.854€	125.198€	1.386.051€	1€	1€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.01.10	254	0	0	1.283€	0€	1.283€	1.283€	0€	1.283€	0€	0€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.01.11	254	0	0	103.308€	0€	103.308€	103.308€	0€	103.308€	0€	0€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.01.13	254	0	0	186.688€	0€	186.688€	186.688€	0€	186.688€	292€	292€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.01.14.SF.00	254	0	0	317.609€	0€	316.908€	21.191€	295.717€	316.908€	701€	701€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.01.14.SN.00	254	0	0	314.181€	0€	313.453€	313.453€	0€	313.453€	728€	728€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.02.02	254	0	0	28.598€	0€	28.598€	28.598€	0€	28.598€	1€	1€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.02.04	254	0	0	14.744€	0€	14.703€	14.703€	0€	14.703€	41€	41€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.02.05	254	0	0	1.894€	0€	1.894€	1.894€	0€	1.894€	0€	0€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.02.12.A0.00	254	0	0	14.135€	0€	14.134€	14.134€	0€	14.134€	1€	1€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.02.14	254	0	0	1.248€	0€	1.248€	1.248€	0€	1.248€	-0€	-0€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.03.01	254	0	0	14.481€	0€	14.377€	0€	2.805€	2.805€	104€	11.676€	11.572€	
121030100	13 20	311	221		01.03.03	254	0	0	2.778€	0€	2.777€	2.777€	0€	2.777€	1€	1€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.03.04	254	0	0	6.075€	0€	6.075€	6.075€	0€	6.075€	0€	0€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.03.05.A0.A0	254	0	0	689.150€	0€	686.319€	587.873€	50.501€	638.374€	2.837€	50.776€	47.938€	
121030100	13 20	311	221		01.03.05.A0.B0	254	0	0	462.346€	0€	461.732€	393.845€	32.992€	426.837€	614€	35.509€	34.895€	
121030100	13 20	311	221		01.03.06	254	0	0	515€	0€	513€	393€	0€	393€	2€	122€	120€	
121030100	13 20	311	221		01.03.08	254	0	0	3.231€	0€	3.080€	3.080€	0€	3.080€	151€	151€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.03.10.D0	254	0	0	834€	0€	833€	833€	0€	833€	1€	1€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.03.10.P0	254	0	0	3.351€	0€	3.351€	3.351€	0€	3.351€	0€	0€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.03.10.SD	254	0	0	2.819€	0€	2.819€	2.819€	0€	2.819€	0€	0€	0€	
121030100	13 20	311	221		01.03.10.SS	254	0	0	11.808€	0€	11.808€	11.808€	0€	11.808€	0€	0€	0€	
121030100	13 20	311	221		02.01.02	254	0	0	18.450€	0€	18.450€	18.450€	0€	18.450€	5.116€	5.116€	0€	
121030100	13 20	311	221		02.01.05	254	0	0	18.450€	0€	18.450€	18.450€	148€	4.313€	13.318€	14.137€	818€	
121030100	13 20	311	221		02.01.07	254	0	0	2.500€	0€	2.500€	2.500€	0€	2.500€	1.315€	1.315€	0€	
121030100	13 20	311	221		02.01.08.A0.00	254	0	0	13.000€	0€	13.000€	13.000€	0€	13.000€	8.482€	8.482€	508€	
121030100	13 20	311	221		02.01.08.B0.00	254	0	0	20.000€	0€	20.000€	20.000€	0€	20.000€	20.000€	20.000€	0€	
121030100	13 20	311	221		02.01.08.C0.00	254	0	0	90.000€	0€	90.000€	90.000€	0€	90.000€	67.468€	67.468€	0€	
121030100	13 20	311	221		02.01.18	254	0	0	8.000€	0€	8.000€	8.000€	0€	8.000€	7.378€	7.378€	230€	
121030100	13 20	311	221		02.02.01.B0.00	254	0	0	62.889€	0€	61.675€	52.737€	4.951€	57.687€	1.214€	5.202€	3.988€	
121030100	13 20	311	221		02.02.01.C0.00	254	0	0	16.835€	0€	15.423€	13.228€	1.053€	14.281€	1.412€	2.554€	1.142€	

17-ABR-2018 09:34

(16) = (12) / (7) * 100

ATIV./DEPTO.:

Todos

BALANCETE DE CONTROLO ORÇAMENTAL - Despesa (Mapa 7.1)

31-12-2017

C. Organica	Prog. Med.	Fonte Fin.	Class. Func.	Classificação Económica		Act.	Projecto Regional.	Ent. Parc.	Dotações Corrigidas	Cativos/ Congelam.	Comp. Assumidos	Despesa paga		Diferenças			Grau %	
				Código A1.Sub	Designação							Do ano	De anos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Saldos		Compromissos por pagar
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)		(6)			(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(10)+(11)	(13)=(7)-(8)-(9)	(14)=(7-8-12)	(15) = (9) - (12)	
121030100	13 20	311	221	02.02.02	Limpeza e higiene	254	0	0	180.050€	0€	176.904€	150.682€	13.111€	163.793€	3.146€	16.257€	13.111€	
121030100	13 20	311	221	02.02.03	Conservação de bens	254	0	0	64.200€	0€	48.644€	48.160€	447€	48.607€	15.596€	15.593€	37€	
121030100	13 20	311	221	02.02.04.A0.00	Princípio da Onerosidade	254	0	0	332.900€	0€	331.355€	331.355€	0€	331.355€	1.545€	1.545€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.04.C0.00	Outros	254	0	0	18.600€	0€	18.560€	18.560€	0€	18.560€	40€	40€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.06	Rendas e Alugueres - Viaturas	254	0	0	23.485€	0€	23.059€	14.382€	0€	14.382€	426€	9.103€	8.677€	
121030100	13 20	311	221	02.02.08	Rendas e Alugueres - Outros	254	0	0	25.000€	0€	15.119€	11.501€	2.276€	13.776€	9.881€	11.224€	1.343€	
121030100	13 20	311	221	02.02.09.B0.00	Comunicações Fixas de Dados	254	0	0	10.000€	0€	0€	0€	0€	0€	10.000€	10.000€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.09.C0.00	Comunicações Fixas de Voz	254	0	0	20.910€	0€	8.272€	8.272€	0€	8.272€	12.638€	12.638€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.09.D0.00	Comunicações Móveis	254	0	0	43.205€	0€	1.961€	1.961€	0€	1.961€	41.244€	41.244€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.09.F0.00	Outros serviços de comunicações	254	0	0	336.000€	0€	289.646€	195.072€	76.683€	271.755€	46.354€	64.245€	17.891€	
121030100	13 20	311	221	02.02.10	Transportes	254	0	0	2.000€	0€	1.815€	1.815€	0€	1.815€	185€	185€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.11	Representação dos serviços	254	0	0	1.000€	0€	212€	212€	0€	212€	788€	788€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.12.A0.00	Estágios Profissionais AP	254	0	0	1.010€	0€	509€	509€	0€	509€	501€	501€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.12.B0.00	Outros	254	0	0	4.000€	0€	0€	0€	0€	0€	4.000€	4.000€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.13	Deslocações e estadas	254	0	0	63.500€	0€	21.814€	20.705€	1.109€	21.814€	41.686€	41.686€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.14.A0.00	Serviços de Natureza Informática	254	0	0	30.000€	0€	0€	0€	0€	0€	30.000€	30.000€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.14.B0.00	Serviços de natureza Jurídica	254	0	0	100.000€	0€	12.087€	12.087€	0€	12.087€	87.913€	87.913€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.14.C0.00	Serviços de natureza económica e financeira	254	0	0	200.000€	0€	30.750€	30.750€	0€	30.750€	169.250€	169.250€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.14.D0.00	Outros	254	0	0	100.000€	0€	9.000€	9.000€	0€	9.000€	91.000€	91.000€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.15.A0.00	TIC	254	0	0	10.000€	0€	1.065€	1.065€	0€	1.065€	8.935€	8.935€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.15.B0.00	Outros	254	0	0	111.900€	0€	24.140€	18.600€	4.340€	22.940€	87.760€	88.960€	1.200€	
121030100	13 20	311	221	02.02.16	Seminários Exposições e Silmnares	254	0	0	10.000€	0€	0€	0€	0€	0€	10.000€	10.000€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.17	Publicidade	254	0	0	55.750€	0€	10.524€	10.391€	102€	10.493€	45.226€	45.257€	30€	
121030100	13 20	311	221	02.02.18	Vigilância e segurança	254	0	0	145.300€	0€	141.074€	130.578€	10.497€	141.074€	4.226€	4.226€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.19.A0.A0	Impressoras / fotocopiadoras / scanner	254	0	0	6.450€	0€	0€	0€	0€	0€	6.450€	6.450€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.19.A0.B0	Outros	254	0	0	5.000€	0€	0€	0€	0€	0€	5.000€	5.000€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.19.C0.00	Outros	254	0	0	40.655€	0€	15.889€	15.889€	0€	15.889€	24.766€	24.766€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.20.A0.A0	Desenvolvimento de Software	254	0	0	20.000€	0€	0€	0€	0€	0€	20.000€	20.000€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.20.A0.B0	Contratos de Impressão	254	0	0	92.575€	0€	72.927€	69.086€	0€	69.086€	19.648€	23.489€	3.841€	
121030100	13 20	311	221	02.02.20.A0.C0	Outros	254	0	0	11.290€	0€	277€	277€	0€	277€	11.013€	11.013€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.20.D0.00	Patrocínio Judiciário	254	0	0	200.000€	0€	24.685€	24.685€	0€	24.685€	175.315€	175.315€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.20.E0.00	Outros	254	0	0	3.908.610€	0€	1.381.531€	1.104.893€	187.575€	1.292.469€	2.527.029€	2.616.142€	89.113€	
121030100	13 22	311	223	02.02.20.E0.00	Outros	254	0	0	41.303€	0€	0€	0€	0€	0€	41.303€	41.303€	0€	
121030100	13 22	311	223	02.02.22	Serviços de saúde	254	0	0	4.765.421.297€	0€	4.746.795.230€	4.742.737.820€	4.057.411€	4.746.795.230€	18.626.067€	18.626.067€	0€	
121030100	13 20	311	221	02.02.25	Outros serviços	254	0	0	63.193€	0€	30.697€	30.447€	150€	30.597€	32.496€	32.596€	100€	
121030100	13 20	311	221	03.05.02.J0.00	Juros de mora	254	0	0	2.000€	0€	801€	801€	0€	801€	1.199€	1.199€	0€	
121030100	13 22	311	223	04.03.01.21.94	DGS	254	0	0	1.561.432€	0€	1.561.431€	1.561.431€	0€	1.561.431€	1€	1€	0€	
121030100	13 22	311	223	04.03.05.00.00	SFA	254	0	0	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€	
121030100	13 22	311	223	04.03.05.55.04	Inst. Oftalmologico Gama Pinto	254	0	0	286.770€	0€	284.610€	284.610€	0€	284.610€	2.160€	2.160€	0€	
121030100	13 22	311	223	04.03.05.55.08	ARS Alentejo	254	0	0	87.359.110€	0€	87.213.699€	87.213.699€	0€	87.213.699€	145.411€	145.411€	0€	

BALANCETE DE CONTROLO ORÇAMENTAL - Despesa (Mapa 7.1)

31-12-2017

C. Organica	Prog. Med.	Fonte Fin.	Class. Func.	Classificação Económica		Act.	Projecto Regional.	Ent. Parc.	Dotações Corrigidas	Cativos/ Congelam.	Comp. Assumidos	Despesa paga		Diferenças		Grau %
				Código A1.Sub	Designação							Do ano (10)	De anos anteriores (11)	Total (12)=(10)+(11)	Saldos (14)=(7-8-12)	Compromissos por pagar (15) = (9) - (12)
121030100	13 22	311	223	04.03.05.55.09	ARS Algarve	254	0	0	83.434.705€	0€	83.145.581€	83.145.581€	0€	83.145.581€	289.024€	0€
121030100	13 20	311	221	04.03.05.55.10	ARS Centro	254	0	0	6.741€	0€	6.741€	6.741€	0€	6.741€	0€	0€
121030100	13 22	311	223	04.03.05.55.10	ARS Centro	254	0	0	396.739.535€	0€	396.739.535€	396.739.535€	0€	396.739.535€	1€	0€
121030100	13 20	311	221	04.03.05.55.11	ARS LVT	254	0	0	8.300€	0€	8.300€	8.300€	0€	8.300€	0€	0€
121030100	13 22	311	223	04.03.05.55.11	ARS LVT	254	0	0	855.717.278€	0€	853.743.302€	853.743.302€	0€	853.743.302€	1.973.976€	0€
121030100	13 20	311	221	04.03.05.55.12	ARS Norte	254	0	0	3.046€	0€	3.046€	3.046€	0€	3.046€	0€	0€
121030100	13 22	311	223	04.03.05.55.12	ARS Norte	254	0	0	788.192.118€	0€	787.098.905€	787.098.905€	0€	787.098.905€	1.093.213€	0€
121030100	13 22	311	223	04.03.05.55.35	Centro Reabilitação	254	0	0	154.805€	0€	154.805€	154.805€	0€	154.805€	0€	0€
121030100	13 22	311	223	04.03.05.55.94	Rovisco Pais	254	0	0	169.012€	0€	943€	943€	0€	943€	168.069€	0€
121030100	13 22	311	223	04.03.05.57.36	Hosp Francisco Zagalo-Ovar	254	0	0	69.292€	0€	69.292€	69.292€	0€	69.292€	0€	0€
121030100	13 22	311	223	04.03.05.58.42	IFAP	254	0	0	34.538.978€	0€	30.163.359€	30.163.359€	0€	30.163.359€	4.475.619€	0€
121030100	13 22	311	223	04.03.05.58.47	SPMS	254	0	0	321.917€	0€	321.887€	321.887€	0€	321.887€	30€	0€
121030100	13 22	311	223	04.03.05.58.47	Inst. Português Sangue e Transplantação	254	0	0	1.931.870€	0€	1.685.453€	1.685.453€	0€	1.685.453€	246.417€	0€
121030100	13 22	311	223	04.04.02.A0.00	CH Oeste	254	0	0	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€
121030100	13 22	311	223	04.04.02.A0.00	Hospital Central do Funchal	254	0	0	19.714€	0€	4.445€	4.445€	0€	4.445€	15.269€	0€
121030100	13 20	311	221	04.06.00.A0.00	Estágios profissionais na AP	254	0	0	1.449.686€	0€	1.081.308€	1.081.308€	0€	1.081.308€	368.378€	0€
121030100	13 22	311	223	04.06.00.B0.00	Benefícios Adicionais Idosos	254	0	0	208.808€	0€	0€	0€	0€	0€	208.808€	0€
121030100	13 22	311	223	04.07.01	Instituição sem fins lucrativos	254	0	0	92.869€	0€	17.257€	17.257€	0€	17.257€	75.612€	0€
121030100	13 20	311	221	04.08.02.A0.00	Estágios Profissionais AP	254	0	0	40.000€	0€	18.396€	18.396€	0€	18.396€	21.604€	0€
121030100	13 20	311	221	06.02.01	Impostos e taxas	254	0	0	60.000€	0€	15.814€	15.814€	0€	15.814€	44.186€	0€
121030100	13 20	311	221	06.02.03.B0.00	Outros	957	0	0	774€	0€	0€	0€	0€	0€	774€	0€
121030100	13 22	311	223	06.02.03.PA.00	Reserva Pagamentos em atraso	957	0	0	625.729€	625.729€	0€	0€	0€	0€	0€	0€
121030100	13 22	311	223	06.02.03.R0.00	Reserva (nos termos da Circular OE-2011)	957	0	0	98.400€	0€	0€	0€	0€	0€	98.400€	0€
121030100	13 20	311	221	07.01.03.B0.C0	Construção	254	0	0	61.500€	0€	1.117€	1.117€	0€	1.117€	60.383€	0€
121030100	13 20	311	221	07.01.07.B0.C0	Hardware - Outros	254	0	0	94.836€	0€	94.835€	94.835€	0€	94.835€	1€	0€
121030100	13 20	311	221	07.01.08.B0.B0	Software - Outros	254	0	0	123.000€	0€	21.269€	21.269€	0€	21.269€	101.731€	0€
121030100	13 20	311	221	07.01.09.B0.B0	Outros	254	0	0	1.000€	0€	159€	159€	0€	159€	841€	0€
121030100	13 20	311	221	07.01.10.B0.B0	Equipamento básico - Outros	254	0	0	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€
Total da Fonte de Financiamento 311																
121030100	13 22	313	223	02.02.22	Serviços de saúde	254	0	0	7.031.341.961€	625.729€	6.988.962.511€	6.988.962.511€	5.869.971€	6.998.724.900€	31.991.332€	237.611€
121030100	13 22	313	223	04.03.05.55.09	ARS Algarve	254	0	0	35.250.019€	0€	35.250.019€	35.250.019€	0€	35.250.019€	0€	0€
121030100	13 22	313	223	04.03.05.55.10	ARS Centro	254	0	0	270.911€	0€	270.911€	270.911€	0€	270.911€	0€	0€
121030100	13 22	313	223	04.03.05.55.12	ARS Norte	254	0	0	12.479.070€	0€	12.479.069€	12.479.069€	0€	12.479.069€	1€	0€
121030100	13 22	313	223	04.03.05.55.12	ARS Norte	254	0	0	5.821.246€	0€	5.821.246€	5.821.246€	0€	5.821.246€	0€	0€
Total da Fonte de Financiamento 313																
121030100	13 20	367	221	01.01.03	RCRFP - POR TEMPO INDETERMINADO	254	0	0	2.639€	0€	2.639€	2.639€	0€	2.639€	0€	0€
121030100	13 20	367	221	01.01.13	Subsidio da refeição	254	0	0	56€	0€	56€	56€	0€	56€	0€	0€
121030100	13 20	367	221	01.01.14.SN.00	Subsidio de Natal	254	0	0	91€	0€	90€	90€	0€	90€	1€	0€
121030100	13 20	367	221	01.02.14	Outros abonos em numerario ou especie	254	0	0	66€	0€	66€	66€	0€	66€	0€	0€
121030100	13 20	367	221	01.03.05.A0.B0	segurança social	254	0	0	551€	0€	551€	551€	0€	551€	0€	0€
121030100	13 20	367	221	02.01.05	Alimentação-refeições confeccionadas	254	0	0	4.530€	0€	3.200€	3.200€	0€	3.200€	1.331€	0€
121030100	13 20	367	221	02.01.08.C0.00	Outros	254	0	0	600€	0€	0€	0€	0€	0€	600€	0€

ATIV./DEPTO.: Todos

BALANCETE DE CONTROLO ORÇAMENTAL - Despesa (Mapa 7.1)

31-12-2017

C. Organica	Prog. Med.	Fonte Fin.	Class. Func.	Classificação Económica		Act.	Projecto Regional.	Ent. Parc.	Dotações Corrigidas	Cativos/ Congelam.	Comp. Assumidos	Despesa paga		Diferenças		Grau %
				Código A1.Sub	Designação							Do ano	De anos anteriores	Total	Dotação não comprometida	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(10)+(11)	(13)=(7)-(8)-(9)	(14)=(7-8-12)	(15) = (9) - (12)		
121030100	13 20	367	221	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	254	0	0	950€	0€	922€	922€	28€	0€		
121030100	13 20	367	221	02.02.08	Rendas e Alugueres - Outros	254	0	0	1.100€	0€	581€	581€	519€	0€		
121030100	13 20	367	221	02.02.11	Representação dos serviços	254	0	0	150€	0€	39€	39€	111€	0€		
121030100	13 20	367	221	02.02.13	Deslocações e estadas	254	0	0	7.900€	0€	5.013€	5.013€	2.887€	0€		
121030100	13 20	367	221	02.02.17	Publicidade	254	0	0	1.807€	0€	792€	792€	1.015€	0€		
121030100	13 20	367	221	02.02.20	Outros	254	0	0	29.480€	0€	21.699€	21.699€	7.781€	0€		
121030100	13 20	367	221	02.02.25	Outros serviços	254	0	0	725€	0€	336€	336€	389€	0€		
121030100	13 20	367	221	04.01.01.65.30	Hospital Fernando Fonseca	254	0	0	1.620€	0€	1.620€	1.620€	0€	0€		
121030100	13 20	367	221	04.01.01.65.35	CH São João	254	0	0	26.403€	0€	24.122€	24.122€	2.281€	0€		
121030100	13 20	367	221	04.03.08	SFA-Partic Port Proj co-financiados	254	0	0	204.355€	0€	181.007€	181.007€	23.348€	0€		
121030100	13 20	367	221	04.07.01	Instituição sem fins lucrativos	254	0	0	27.288€	0€	19.282€	19.282€	8.006€	0€		
Total da Fonte de Financiamento 367												262.013€	0€	262.013€	48.298€	0€
121030100	13 20	482	221	01.01.03	RTFP - POR TEMPO INDETERMINADO	254	0	0	14.953€	0€	14.953€	14.953€	0€	0€		
121030100	13 20	482	221	01.01.13	Subsidio de refeição	254	0	0	316€	0€	315€	315€	1€	0€		
121030100	13 20	482	221	01.01.14	Subsidio de Natal	254	0	0	511€	0€	511€	511€	0€	0€		
121030100	13 20	482	221	01.02.14	Outros abonos em numerario ou especie	254	0	0	372€	0€	371€	371€	1€	0€		
121030100	13 20	482	221	01.03.05.A0.B0	segurança social	254	0	0	3.121€	0€	3.120€	3.120€	1€	0€		
121030100	13 20	482	221	02.01.05	Alimentação-refeições confeccionadas	254	0	0	25.025€	0€	18.130€	18.130€	6.895€	0€		
121030100	13 20	482	221	02.01.08	C0.00	254	0	0	1.000€	0€	0€	0€	1.000€	0€		
121030100	13 20	482	221	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	254	0	0	5.250€	0€	5.225€	5.225€	25€	0€		
121030100	13 20	482	221	02.02.08	Rendas e Alugueres - Outros	254	0	0	4.800€	0€	3.293€	3.293€	1.507€	0€		
121030100	13 20	482	221	02.02.11	Representação dos serviços	254	0	0	700€	0€	223€	223€	477€	0€		
121030100	13 20	482	221	02.02.13	Deslocações e estadas	254	0	0	45.500€	0€	29.345€	29.345€	16.155€	0€		
121030100	13 20	482	221	02.02.17	Publicidade	254	0	0	10.200€	0€	4.489€	4.489€	5.711€	0€		
121030100	13 20	482	221	02.02.20	Outros	254	0	0	328.587€	0€	122.888€	122.888€	205.699€	0€		
121030100	13 20	482	221	02.02.25	Outros serviços	254	0	0	2.725€	0€	1.905€	1.905€	820€	0€		
121030100	13 20	482	221	04.07.01	Instituição sem fins lucrativos	254	0	0	154.298€	0€	108.850€	108.850€	45.448€	0€		
Total da Fonte de Financiamento 482												313.618€	0€	313.618€	283.740€	0€
121030100	13 22	488	223	04.03.05.55.10	ARS Centro	254	0	0	4.437.164€	0€	4.437.164€	4.437.164€	0€	0€		
Total da Fonte de Financiamento 488												4.437.164€	0€	4.437.164€	0€	0€
121030100	13 20	510	221	02.02.20	Outros	254	0	0	800.408€	0€	0€	0€	800.408€	0€		
121030100	13 20	510	223	02.02.20	Outros	254	0	0	7.119.463€	0€	2.606.560€	2.606.560€	3.784.902€	450.704€		
121030100	13 22	510	223	02.02.22	Serviços de saude	254	0	0	19.985.482€	0€	5.527.554€	5.527.554€	14.457.928€	0€		
121030100	13 22	510	223	02.02.23	Outros serviços de saude	254	0	0	13.382.087€	0€	13.337.361€	13.337.361€	44.726€	0€		
121030100	13 22	510	223	04.01.02	Privadas	254	0	0	216.000€	0€	216.000€	216.000€	0€	0€		
121030100	13 22	510	223	04.03.01.21.94	DGS	254	0	0	15.840.168€	0€	10.884.462€	10.884.462€	4.955.706€	0€		
121030100	13 22	510	223	04.03.01.24.31	Secretaria geral	254	0	0	205.205€	0€	187.025€	187.025€	18.180€	0€		
121030100	13 22	510	223	04.03.01.42.01	Ministerio saude	254	0	0	6.880.000€	0€	6.880.000€	6.880.000€	0€	0€		
121030100	13 22	510	223	04.03.05.54.98	INSA	254	0	0	850.000€	0€	850.000€	850.000€	0€	0€		

Todos

ATIV./DEPTO.:

BALANCETE DE CONTROLO ORÇAMENTAL - Despesa (Mapa 7.1)

31-12-2017

C. Organica	Prog. Med.	Fonte Fin.	Class. Func.	Classificação Económica		Act.	Projecto Regional.	Ent. Parc.	Dotações Corrigidas	Cativos/ Congelam.	Comp. Assumidos	Despesa paga		Diferenças		Grav %	
				Código A1.Sub	Designação							Do ano	De anos anteriores	Total	Dotação não comprometida		Saldos
Sec.Cap.Div.Sdv	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)			(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(10)+(11)	(13)=(7)-(8)-(9)	(14)=(7-8-12)	(15) = (9) - (12)
121030100	13	22	510	223	04.03.05.55.04	Inst. Oftalmologico Gama Pinto	0	0	200.000€	0€	200.000€	200.000€	0€	200.000€	0€	0€	0€
121030100	13	22	510	223	04.03.05.55.08	ARS Alentejo	0	0	7.484.827€	0€	7.484.825€	7.484.825€	0€	7.484.825€	2€	2€	0€
121030100	13	22	510	223	04.03.05.55.09	ARS Algarve	0	0	9.072.551€	0€	9.072.550€	9.072.550€	0€	9.072.550€	1€	1€	0€
121030100	13	22	510	223	04.03.05.55.10	ARS Centro	0	0	33.291.991€	0€	33.291.990€	33.291.990€	0€	33.291.990€	1€	1€	0€
121030100	13	22	510	223	04.03.05.55.11	ARS LVT	0	0	32.788.792€	0€	32.074.159€	32.074.159€	0€	32.074.159€	714.634€	714.634€	0€
121030100	13	22	510	223	04.03.05.55.12	ARS Norte	0	0	31.642.565€	0€	31.361.317€	31.361.317€	0€	31.361.317€	281.248€	281.248€	0€
121030100	13	22	510	223	04.03.05.55.94	Hosp Francisco Zagalo-Ovar	0	0	1.081.733€	0€	1.081.733€	1.081.733€	0€	1.081.733€	0€	0€	0€
121030100	13	22	510	223	04.03.05.57.52	Centro Hospitalar Psiquiatrico Lisboa	0	0	700.000€	0€	700.000€	700.000€	0€	700.000€	0€	0€	0€
121030100	13	22	510	223	04.03.05.58.42	SPMS	0	0	2.000.000€	0€	2.000.000€	2.000.000€	0€	2.000.000€	0€	0€	0€
121030100	13	22	510	223	04.03.05.58.47	Inst. Português Sangue e Transplantação	0	0	2.000.000€	0€	2.000.000€	2.000.000€	0€	2.000.000€	0€	0€	0€
121030100	13	22	510	223	04.03.05.58.60	CH Oeste	0	0	5.700.282€	0€	5.650.281€	5.650.281€	0€	5.650.281€	50.001€	50.001€	0€
121030100	13	22	510	223	04.07.01	Instituição sem fins lucrativos	0	0	9.000.000€	0€	9.000.000€	9.000.000€	0€	9.000.000€	0€	0€	0€
121030100	13	22	510	223	04.09.03	Países terceiros e Organ. Internacionais	0	0	60.000€	0€	0€	0€	0€	0€	60.000€	60.000€	0€
121030100	13	22	510	223	06.02.03.A0.00	Verbas a distribuir na AP	0	0	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€
121030100	13	22	510	223	07.01.07.B0.C0	Hardware - Outros	0	0	1.498.688€	0€	0€	0€	0€	0€	1.498.688€	1.498.688€	0€
121030100	13	22	510	223	07.01.08.B0.B0	Software - Outros	0	0	200.166€	0€	0€	0€	0€	0€	200.166€	200.166€	0€
Total da Fonte de Financiamento 510										0€	174.933.817€	174.205.817€	277.286€	174.483.113€	26.866.591€	27.317.295€	450.704€
121030100	13	22	520	223	02.02.22	Serviços de saúde	0	0	39.797.049€	0€	30.835.762€	30.835.762€	0€	30.835.762€	8.961.287€	8.961.287€	0€
121030100	13	22	520	223	04.03.05.55.08	ARS Alentejo	0	0	1.549.270€	0€	1.549.270€	1.549.270€	0€	1.549.270€	0€	0€	0€
121030100	13	22	520	223	04.03.05.55.09	ARS Algarve	0	0	875.460€	0€	875.460€	875.460€	0€	875.460€	0€	0€	0€
121030100	13	22	520	223	04.03.05.55.10	ARS Centro	0	0	11.936.706€	0€	11.936.704€	11.936.704€	0€	11.936.704€	1€	1€	0€
121030100	13	22	520	223	04.03.05.55.11	ARS LVT	0	0	6.620.080€	0€	6.031.752€	6.031.752€	0€	6.031.752€	588.328€	588.328€	0€
121030100	13	22	520	223	04.03.05.55.12	ARS Norte	0	0	9.468.783€	0€	9.204.253€	9.204.253€	0€	9.204.253€	262.530€	262.530€	0€
121030100	13	22	520	223	04.03.05.58.60	CH Oeste	0	0	353.906€	0€	204.906€	204.906€	0€	204.906€	149.000€	149.000€	0€
Total da Fonte de Financiamento 520										0€	60.638.106€	60.638.106€	0€	60.638.106€	9.961.147€	9.961.147€	0€
121030100	13	22	540	223	02.02.22	Serviços de saúde	0	0	7.930.000€	0€	4.094.754€	4.094.754€	0€	4.094.754€	3.835.246€	3.835.246€	0€
121030100	13	22	540	223	04.03.01.21.94	DGS	0	0	663.732€	0€	663.731€	663.731€	0€	663.731€	1€	1€	0€
121030100	13	22	540	223	04.03.05.55.08	ARS Alentejo	0	0	2.686.000€	0€	2.686.000€	2.686.000€	0€	2.686.000€	0€	0€	0€
121030100	13	22	540	223	04.03.05.55.10	ARS Centro	0	0	2.149.196€	0€	2.149.196€	2.149.196€	0€	2.149.196€	0€	0€	0€
121030100	13	22	540	223	04.03.05.55.11	ARS LVT	0	0	1.100.000€	0€	430.372€	430.372€	0€	430.372€	669.628€	669.628€	0€
121030100	13	22	540	223	04.03.05.55.12	ARS Norte	0	0	11.028.745€	0€	10.357.610€	10.357.610€	0€	10.357.610€	671.135€	671.135€	0€
121030100	13	22	540	223	04.03.05.55.87	Hospital Arcebispo João Crisóstomo	0	0	94.191€	0€	94.191€	94.191€	0€	94.191€	0€	0€	0€
121030100	13	22	540	223	04.03.05.58.47	Inst. Português Sangue e Transplantação	0	0	3.500.000€	0€	3.500.000€	3.500.000€	0€	3.500.000€	0€	0€	0€
121030100	13	22	540	223	04.03.05.58.60	CH Oeste	0	0	673.255€	0€	400.026€	400.026€	0€	400.026€	273.229€	273.229€	0€
121030100	13	22	540	223	04.07.01	Instituição sem fins lucrativos	0	0	147.614€	0€	147.613€	147.613€	0€	147.613€	1€	1€	0€
121030100	13	22	540	223	06.02.03.A0.00	Verbas a distribuir na AP	0	0	27.267€	0€	0€	0€	0€	0€	27.267€	27.267€	0€
Total da Fonte de Financiamento 540										0€	24.523.494€	24.523.494€	0€	24.523.494€	5.476.506€	5.476.506€	0€
Total da Classificação Orgânica 121030100										625.729€	7.317.891.969€	7.311.836.387€	5.367.267€	7.317.203.654€	74.390.003€	75.078.319€	688.315€

TOTAL ORÇAMENTAL

7.392.907.701€

625.729€

7.317.891.969€

7.317.203.654€

5.367.267€

75.078.319€

688.315€

EXTRA ORÇAMENTAL

12.02.00

Outras Operações de Tesouraria

84.059.821€

0€

84.059.821€

0€

-84.059.821€

17-ABR-2018 09:34

(16) = (12) / (7) * 100

ATIV./DEPTO.:

Todos

BALANCETE DE CONTROLO ORÇAMENTAL - Despesa (Mapa 7.1)

31-12-2017

C. Organica	Prog. Med.	Fonte Fin.	Class. Func.	Classificação Económica		Act.	Projecto Regional.	Ent. Parc.	Dotações Corrigidas	Cativos/ Congelam.	Comp. Assumidos	Despesa paga			Diferenças			Grau %
				Código A1.Sub	Designação							Do ano	De anos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Saldos		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(10)+(11)	(13)=(7)-(8)-(9)	(14)=(7-8-12)	(15) = (9) - (12)				

12.01.00 Operações tesouraria - Estado

-3.085.212€

TOTAL FINAL

7.480.052.734€ 625.729€ 7.317.891.969€ 7.398.981.420€ 5.367.267€ 7.404.348.687€ 161.535.036€ 75.078.318€ -86.456.717€

O Responsável,

Em 24 de Abril de 2018

Armada Moura
Armada Moura
Diretora do Departamento
de Gestão Financeira

O Conselho de Administração,

Em 24 de Abril de 2018

José Carlos Caiado
José Carlos Caiado
Presidente do Conselho Diretivo

Carla Gonçalo
Carla Gonçalo
Vice-Presidente do Conselho Diretivo

Pedro Alexandre
Pedro Alexandre
Vogal do Conselho Diretivo

Ricardo Mest
Ricardo Mest
Vogal do Conselho Diretivo

Todos

ATIV./DEPTO.:

BALANCETE DE CONTROLO ORÇAMENTAL (SPA) - Receita (Mapa 7.2)

31-12-2017

C. Organica	Prog. Med.	Fonte Fin.	Classificação Económica	Ent. Parc.	Rec. por Cob. Início do ano	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita Cobrada Bruta			Reembolsos e Restituições		Receita Cobrada Líquida	Rec. por cobrar no final do ano	Grau %
								Do Ano	De Anos Anteriores	Total	Emitidos	Pagos			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(9)+(10)	(12)	(13)	(14)=(11)-(13)	(15)	(16)
121030100	13 20	311	06.03.01.27.10 ACSS		13.017.540€	13.017.540€	0€	13.017.540€	0€	13.017.540€	0€	0€	13.017.540€	0€	0€
121030100	13 22	311	06.03.01.27.10 ACSS		7.017.445.937€	7.017.445.937€	0€	7.017.445.937€	0€	7.017.445.937€	0€	0€	7.017.445.937€	0€	0€
			Total da Fonte de Financiamento 311		7.031.341.961€	7.031.341.961€	0€	7.031.341.961€	0€	7.031.341.961€	0€	0€	7.031.341.961€	0€	0€
121030100	13 20	313	16.01.01.27.10 Saldo ACSS		54.051.824€	54.051.824€	0€	54.051.824€	0€	54.051.824€	0€	0€	54.051.824€	0€	0€
121030100	13 22	313	16.01.01.27.10 Saldo ACSS		54.051.824€	54.051.824€	0€	54.051.824€	0€	54.051.824€	0€	0€	54.051.824€	0€	0€
			Total da Fonte de Financiamento 313		108.103.648€	108.103.648€	0€	108.103.648€	0€	108.103.648€	0€	0€	108.103.648€	0€	0€
121030100	13 20	367	08.01.99 Outras		310.311€	310.311€	0€	310.311€	0€	310.311€	0€	0€	310.311€	0€	0€
			Total da Fonte de Financiamento 367		310.311€	310.311€	0€	310.311€	0€	310.311€	0€	0€	310.311€	0€	0€
121030100	13 20	482	06.09.01 União Europeia-Instituições		1.000€	1.000€	0€	1.000€	0€	1.000€	0€	0€	1.000€	0€	0€
121030100	13 20	482	06.09.05 Países terceiros e organizações internacionais		286.273€	286.273€	0€	286.273€	0€	286.273€	0€	0€	286.273€	0€	0€
			Total da Fonte de Financiamento 482		287.273€	287.273€	0€	287.273€	0€	287.273€	0€	0€	287.273€	0€	0€
121030100	13 22	488	16.01.01.55.10 Saldo inicial ARS Centro		4.437.164€	4.437.164€	0€	4.437.164€	0€	4.437.164€	0€	0€	4.437.164€	0€	0€
			Total da Fonte de Financiamento 488		4.437.164€	4.437.164€	0€	4.437.164€	0€	4.437.164€	0€	0€	4.437.164€	0€	0€
121030100	13 22	510	02.02.01 Lotarias		50.738.626€	50.738.626€	0€	50.738.626€	0€	50.738.626€	0€	0€	50.738.626€	0€	0€
121030100	13 22	510	02.02.03 Imposto de jogo		2.391.138€	2.391.138€	0€	2.391.138€	0€	2.391.138€	0€	0€	2.391.138€	0€	0€
121030100	13 22	510	02.02.05 Resultado expl. apostas mutuas		54.868.238€	54.868.238€	0€	54.868.238€	0€	54.868.238€	0€	0€	54.868.238€	0€	0€
			Total da Fonte de Financiamento 510		107.997.992€	107.997.992€	0€	107.997.992€	0€	107.997.992€	0€	0€	107.997.992€	0€	0€
121030100	13 22	510	04.01.17 Indirectos diversos		5.000€	5.000€	0€	5.000€	0€	5.000€	0€	0€	5.000€	0€	0€
121030100	13 22	510	04.01.17 Taxas s/ licenc. div. conced. empresas		40.077€	40.077€	0€	40.077€	0€	40.077€	0€	0€	40.077€	0€	0€
121030100	13 22	510	06.05.01 Continente		69.470€	69.470€	0€	69.470€	0€	69.470€	0€	0€	69.470€	0€	0€
121030100	13 22	510	06.05.02 Região autónoma Açores		14.083.185€	14.083.185€	0€	14.083.185€	0€	14.083.185€	0€	0€	14.083.185€	0€	0€
			Total da Fonte de Financiamento 510		107.997.992€	107.997.992€	0€	107.997.992€	0€	107.997.992€	0€	0€	107.997.992€	0€	0€
121030100	13 22	510	07.02.05 Actividades de Saúde		25.180.000€	25.180.000€	0€	25.180.000€	0€	25.180.000€	0€	0€	25.180.000€	0€	0€
121030100	13 22	510	07.02.05 Actividades de saúde		50.000€	50.000€	0€	50.000€	0€	50.000€	0€	0€	50.000€	0€	0€
121030100	13 22	510	08.01.99 Outras		15.345.000€	15.345.000€	0€	15.345.000€	0€	15.345.000€	0€	0€	15.345.000€	0€	0€
121030100	13 22	510	08.01.99 Outras		60.000€	60.000€	0€	60.000€	0€	60.000€	0€	0€	60.000€	0€	0€
			Total da Fonte de Financiamento 510		107.997.992€	107.997.992€	0€	107.997.992€	0€	107.997.992€	0€	0€	107.997.992€	0€	0€
121030100	13 22	510	15.01.01.99.12 Reposições não abatidas		478.000€	478.000€	0€	478.000€	0€	478.000€	0€	0€	478.000€	0€	0€
			Total da Fonte de Financiamento 510		478.000€	478.000€	0€	478.000€	0€	478.000€	0€	0€	478.000€	0€	0€
121030100	13 20	520	16.01.01.27.10 Saldo ACSS		16.462.529€	16.462.529€	0€	16.462.529€	0€	16.462.529€	0€	0€	16.462.529€	0€	0€
121030100	13 22	520	16.01.01.27.10 Saldo ACSS		33.206.097€	33.206.097€	0€	33.206.097€	0€	33.206.097€	0€	0€	33.206.097€	0€	0€
121030100	13 22	520	16.01.01.54.93 Saldo INFARMED		425.198€	425.198€	0€	425.198€	0€	425.198€	0€	0€	425.198€	0€	0€
121030100	13 22	520	16.01.01.54.98 Saldo inicial INSA		6.388.991€	6.388.991€	0€	6.388.991€	0€	6.388.991€	0€	0€	6.388.991€	0€	0€
			Total da Fonte de Financiamento 520		66.715€	66.715€	0€	66.715€	0€	66.715€	0€	0€	66.715€	0€	0€
121030100	13 22	520	16.01.01.55.09 ARS Algarve		2.237.648€	2.237.648€	0€	2.237.648€	0€	2.237.648€	0€	0€	2.237.648€	0€	0€
121030100	13 22	520	16.01.01.55.10 Saldo inicial ARS Centro		1.899.623€	1.899.623€	0€	1.899.623€	0€	1.899.623€	0€	0€	1.899.623€	0€	0€
			Total da Fonte de Financiamento 520		798.083€	798.083€	0€	798.083€	0€	798.083€	0€	0€	798.083€	0€	0€
121030100	13 22	520	16.01.01.55.12 Saldo inicial ARS Norte		15.406.635€	15.406.635€	0€	15.406.635€	0€	15.406.635€	0€	0€	15.406.635€	0€	0€

ATIV./DEPTO.: Todos

BALANCETE DE CONTROLO ORÇAMENTAL (SPA) - Receita (Mapa 7.2) 31-12-2017

C. Organica	Prog. Med.	Fonte Fin.	Classificação Económica	Ent. Parc.	Provisões Corrigidas	Rec- por Cob. Início do ano	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita Cobrada Bruta			Reembolsos e Restituições		Rec. por cobrar no final do ano	Grau %
									Do Ano	De Anos Anteriores	Total	Emitidos	Pagos		
(1)	(2)	(3)	Código A1.Sub Designação	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(9)+(10)	(12)	(13)	(14)=(11)-(13)	(15)
121030100	13 22	520	16.01.01.58.42 Saldo Inicial SPMS		5.286.214€	0€	5.286.214€	0€	5.286.214€	0€	5.286.214€	0€	0€	5.286.214€	0€
121030100	13 22	520	16.01.01.58.47 Saldo Inicial Inst Port Sangue Transplant		3.828.156€	0€	3.828.156€	0€	3.828.156€	0€	3.828.156€	0€	0€	3.828.156€	0€
121030100	13 22	520	16.01.01.65.29 Saldo Inicial Centro Hosp. Entre Douro e Vouga		20.506.257€	0€	20.506.257€	0€	20.506.257€	0€	20.506.257€	0€	0€	20.506.257€	0€
Total da Fonte do Financiamento 520					91.105.510€	0€	91.105.510€	0€	91.105.510€	0€	91.105.510€	0€	0€	91.105.510€	0€
121030100	13 22	540	05.10.04 Edifícios		679.849€	0€	679.849€	0€	679.849€	0€	679.849€	0€	0€	679.849€	0€
121030100	13 22	540	06.03.07.54.93 Infarmed		29.320.151€	0€	28.000.000€	0€	28.000.000€	0€	28.000.000€	0€	0€	28.000.000€	0€
121030100	13 22	540	07.03.02.10.18 DGTf		0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€
Total da Fonte do Financiamento 540					30.000.000€	0€	28.679.849€	0€	28.679.849€	0€	28.679.849€	0€	0€	28.679.849€	0€
Total da Classificação Orgânica 121030100					7.413.334.451€	15.627.289€	7.404.532.483€	0€	7.403.217.463€	1.535.674€	7.404.753.136€	230.820€	230.820€	7.404.522.316€	15.406.635€
TOTAL ORÇAMENTAL					7.413.334.451€	15.627.289€	7.404.532.483€	0€	7.403.217.463€	1.535.674€	7.404.753.136€	230.820€	230.820€	7.404.522.316€	15.406.635€
EXTRA ORÇAMENTAL															
17.02.00					84.335.730€	0€	0€	0€	84.335.730€	0€	84.335.730€	0€	0€	84.335.730€	-84.335.730€
17.01.00					3.285.754€	0€	0€	0€	3.285.754€	0€	3.285.754€	0€	0€	3.285.754€	-3.285.754€
TOTAL FINAL					7.500.955.935€	15.627.289€	7.404.532.483€	0€	7.490.838.946€	1.535.674€	7.492.374.620€	230.820€	230.820€	7.492.143.800€	-72.214.849€

O Responsável,

Em 24 de Abril de 2018
Armanda Moura
Diretora do Departamento de Gestão Financeira

O Conselho de Administração,

Em 24 de Abril de 2018
José Carlos Caiado
Presidente do Conselho Diretivo
Carla Gonçalo
Vice-Presidente do Conselho Diretivo
Pedro Alexandre
Vogal do Conselho Diretivo
Ricardo Mestre
Vogal do Conselho Diretivo

ATIV./DEPTO

Todos

0

7.3D - MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA - Despesa

DO PERÍODO DE:

JANEIRO

ATÉ:

DEZEMBRO

DO ANO:

2017

			RÚBRICAS		PAGAMENTOS		
Agr	S-Agr	Rub	Designação	Próprio ano	Anos anteriores	TOTAL	
01			DESPESAS COM PESSOAL:				
	01		Remunerações certas e permanentes:				
		02	Órgãos sociais .	197.309	16.775	214.084	
		03	RCTFP - Por tempo indeterminado .	1.932.198	172.357	2.104.555	
		04	Pessoal em regime cont individual trabalho .	17.457	2.788	20.245	
		05	Pessoal além dos quadros .	0	0	0	
		06	Pessoal contratado a termo resolutivo.	9.612	0	9.612	
		07	Pessoal regime tarefa/avença .	0	0	0	
		08	Pessoal aguardando aposentação .	0	0	0	
		09	Pessoal em qualquer outra situação .	1.260.854	125.198	1.386.051	
		10	Gratificações .	1.283	0	1.283	
		11	Representação .	103.308	0	103.308	
		12	Suplementos e prémios .	0	0	0	
		13	Subsidio de refeição .	187.059	0	187.059	
		14	Subsidio de férias e natal .	335.244	295.717	630.961	
			Total 01.01 .	4.044.324	612.835	4.657.159	
	02		Abonos variáveis ou eventuais:				
		01	Gratificações variáveis ou eventuais .	0	0	0	
		02	Horas extraordinárias .	28.598	0	28.598	
		03	Alimentação e alojamento .	0	0	0	
		04	Ajudas de custo .	14.703	0	14.703	
		05	Abono para falhas .	1.894	0	1.894	
		06	Formação .	0	0	0	
		08	Subs. abono fixação, resid. e alojamento .	0	0	0	
		09	Subsidio de prevenção .	0	0	0	
		10	Subsidio de trabalho nocturno .	0	0	0	
		11	Subsidio de turno .	0	0	0	
		12	Indemnizações p/cessação de funções .	14.134	0	14.134	
		13	Outros suplementos e prémios .	0	0	0	
		14	Outros abonos numerário ou espécie .	1.685	0	1.685	
			Total 01.02 .	61.014	0	61.014	
	03		Segurança social:				
		01	Encargos com a saúde .	0	2.805	2.805	
		02	Outros encargos com a saúde .	0	0	0	
		03	Subsidio familiar a crianças e jovens .	2.777	0	2.777	
		04	Outras prestações familiares .	6.075	0	6.075	
		05	Contribuições p/segurança social .	985.389	83.493	1.068.882	
		06	Acidentes serv./doenças profissionais .	393	0	393	
		08	Outras pensões .	3.080	0	3.080	
		09	Seguros .	0	0	0	
		10	Outras despesas segurança social .	18.811	0	18.811	
			Total 01.03 .	1.016.525	86.298	1.102.823	
			Total do capítulo 01 .:	5.121.863	699.133	5.820.996	

7.3D - MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA - Despesa

DO PERÍODO DE:				JANEIRO	ATÉ :	DEZEMBRO	DO ANO:	2017
RÚBRICAS				PAGAMENTOS				
Agr	S-Agr	Rub	Al	Designacao	Próprio ano	Anos anteriores	TOTAL	
02				AQUISICÃO BENS SERV CORRENTES:				
	01			AQUISICÃO DE BENS:				
		02		Combustíveis e lubrificantes .	13.334	0		13.334
		05		Alimentação - Refeições confeccionadas .	25.495	148		25.643
		06		Alimentação - Géneros p/confeccionar .	0	0		0
		07		Vestuário e artigos pessoais .	1.185	0		1.185
		08		Material de escritório .	26.542	0		26.542
		09		Produtos químicos e farmacêuticos .	0	0		0
		10		Produtos vendidos nas farmácias .	0	0		0
		11		Material de consumo clínico .	0	0		0
		13		Material consumo hoteleiro .	0	0		0
		15		Prémios, condecorações e ofertas .	6.148	0		6.148
		16		Mercadorias para venda .	0	0		0
		17		Ferramentas e utensílios .	0	0		0
		18		Livros e documentação técnica .	392	0		392
		19		Artigos honoríficos e de decoração .	0	0		0
		20		Material educação, cultura e recreio .	0	0		0
		21		Outros bens .	0	0		0
				Total 02.01 .	73.096	148		73.244
02				AQUISICÃO DE SERVIÇOS:				
		01		Encargos das instalações .	65.965	6.004		71.969
		02		Limpeza e higiene .	150.682	13.111		163.793
		03		Conservações de bens .	48.160	447		48.607
		04		Rendas e Alugueres - Edifícios .	349.915	0		349.915
		05		Locação Material Informático .	0	0		0
		06		Rendas e Alugueres - Viaturas .	14.382	0		14.382
		08		Rendas e Alugueres - Outros .	15.375	2.276		17.651
		09		Comunicações .	205.304	76.683		281.988
		10		Transportes .	1.815	0		1.815
		11		Representação dos serviços .	474	0		474
		12	A0.00	Estágios Profissionais na AP .	509	0		509
			B0.00	Outros .	0	0		0
		13		Deslocações e estadas .	55.063	1.109		56.172
		14		Estudos, parec.,proj. consultorias .	51.837	0		51.837
		15		Formação .	19.664	4.340		24.004
		16		Seminários, exposições e similares .	0	0		0
		17		Publicidade .	15.671	102		15.773
		18		Vigilância e segurança .	130.578	10.497		141.074
		19		Assistência técnica .	15.889	0		15.889
		20		Outros trabalhos especializados .	3.950.088	464.871		4.414.958
		22		Serviços de saúde .	4.818.445.908	4.057.411		4.822.503.319
		23		Outros serviços de saúde .	13.337.361	0		13.337.361
		25		Outros serviços .	32.688	150		32.838
				Total 02.02 .	4.836.907.328	4.637.000		4.841.544.328
				Total do capítulo 02 .:	4.836.980.424	4.637.148		4.841.617.572
03				JUROS E OUTROS ENCARGOS:				
	05							
		02	J0.00	Juros de Mora	801	0		801
			O0.00	Outros Juros	0	0		0
				Total 03.05 .	801	0		801
	06			Outros Encargos Financeiros:				
		01		Outros encargos financeiros .	0	0		0
				Total 03.06 .	0	0		0
04				TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:				
	01			Sociedades e quase soc. n/financeiras :				
		01		Públicas .	25.742	0		25.742
		02		Privadas .	216.000	0		216.000
				Total 04.01 .	241.742	0		241.742

20

7.3D - MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA - Despesa

DO PERÍODO DE:				ATÉ :	DEZEMBRO	DO ANO:	2017
RÚBRICAS				PAGAMENTOS			
Agr	S-Agr	Rub	Al	Designação	Próprio ano	Anos anteriores	TOTAL
03				Administração central:			
		01		Estado .	19.976.650	0	19.976.650
		03		Estado-Particip Port Proj co-financiados .	0	0	0
		04		Estado-Particip Comun Proj co-financiados .	0	0	0
		05		Serviços e fundos autónomos .	2.438.834.541	0	2.438.834.541
		08		SFA-Particip Port Proj co-financiados .	181.007	0	181.007
		09		SFA-Particip Comun Proj co-financiados .	0	0	0
				Total 04.03 .	2.458.992.198	0	2.458.992.198
04				Administração regional:			
		01		Região Autónoma dos Açores .	0	0	0
		02		Região Autónoma da Madeira .	0	0	0
				Total 04.04 .	0	0	0
05				Administração local:			
		01		Continente .	0	0	0
06				Segurança Social: .	1.084.275	1.479	1.085.753
07				Instituições s/fins lucrativos:			
		01		Instituições s/fins lucrativos .	9.275.745	0	9.275.745
				Total 04.07 .	9.275.745	0	9.275.745
08				Famílias:			
		02	A0.00	Estágios Profissionais na AP .	17.257	0	17.257
		02	B0.00	Outras .	0	0	0
		04		Subsidio prot social cidad - Acção social .	0	0	0
		08		Subsistema de prot à família e políticas ativas de emprego e formação profissional	0	0	0
				Total 04.08 .	17.257	0	17.257
09				Resto do mundo:			
		02		Países membros .	0	0	0
		03		Países terceiros e Organizações Internacionais	0	0	0
				Total 04.09 .	0	0	0
				TOTAL DO CAPÍTULO 04	2.469.611.217	1.479	2.469.612.696
06				OUTRAS DESPES. CORRENTES:			
		02		Diversas:			
		01		Impostos e taxas .	18.396	0	18.396
		03		Outras .	15.814	0	15.814
				TOTAL DO CAPÍTULO 06 .:	34.210	0	34.210
				I - TOTAL DESPESAS CORRENTES:	7.311.748.515	5.337.759	7.317.086.274
07				AQUISICÃO DE BENS DE CAPITAL:			
		01		Investimentos:			
		01		Terrenos .	0	0	0
		02		Habitacões .	0	0	0
		03		Edifícios .	0	0	0
		04		Construções diversas .	0	0	0
		06		Material de transporte .	0	0	0
		07		Equipamento de informática .	1.117	0	1.117
		08		Software de informática .	65.327	29.508	94.835
		09		Equipamento administrativo .	21.269	0	21.269
		10		Equipamento básico .	159	0	159
		11		Ferramentas e utensílios .	0	0	0
		13		Investimentos incorpóreos .	0	0	0
		15		Outros investimentos .	0	0	0
				Total 07.01 .	87.872	29.508	117.380

7.3D - MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA - Despesa

DO PERÍODO DE:			JANEIRO	ATÉ :	DEZEMBRO	DO ANO:	2017
RÚBRICAS			PAGAMENTOS		TOTAL		
Agr	S-Agr	Rub	Designação	Próprio ano	Anos anteriores		
02		06	Serviços: Equipamento Informático .	0	0	0	
03		01	Bens de domínio público: Terrenos e recursos naturais.	0	0	0	
		02	Edifícios .	0	0	0	
		03	Outras construções e infraestruturas.	0	0	0	
		05	Bens patrim. hist., artístico e cultural	0	0	0	
		06	Outros bens de domínio público.	0	0	0	
			Total 07.02/07.03 .	0	0	0	
			TOTAL DO CAPÍTULO 07 .:	87.872	29.508	117.380	
08		01	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL: Sociedade e quase soc n/financeiras:				
		01	Públicas .	0	0	0	
		02	Privadas .	0	0	0	
			Total 08.01 .	0	0	0	
		03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL:				
		01	Estado .	0	0	0	
		04	Estado-Particip Port Proj co-financiados .	0	0	0	
		05	Estado-Particip Comun Proj co-financiados	0	0	0	
		06	Serviços e fundos autonomos .	0	0	0	
		07	SFA-Particip Port Proj co-financiados .	0	0	0	
		08	SFA-Particip Comun Proj co-financiados .	0	0	0	
			Total 08.03 .	0	0	0	
		05	Administração local:				
		01	Continente .	0	0	0	
		07	Instituições sem fins lucrativos:				
		01	Instituições s/fins lucrativos .	0	0	0	
		03	ISFL - Particip Port Proj co-financiados .	0	0	0	
		04	ISFL - Particip Comun Proj co-financiados	0	0	0	
			Total 08.07 .	0	0	0	
		09	Resto do Mundo:				
		02	União Europeia - Países membros .	0	0	0	
			TOTAL DO CAPÍTULO 08 .:	0	0	0	
09		06	ACTIVOS FINANCEIROS: Empréstimos a médio e longo prazo:				
		13	Famílias .	0		0	
		09	Outros Ativos Financeiros				
		02	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0		0	
11		02	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL: Diversos .	0	0	0	
				87.872	29.508	117.380	
			II - TOTAL DESPESAS CAPITAL:				
			III - TOTAL DESPESAS F.PRÓPRIOS:	7.311.836.387	5.367.267	7.317.203.654	
12		01	OPERACÕES DE TESOURARIA: Receitas do Estado.	3.085.212		3.085.212	
		02	Outras operações de tesouraria .	84.059.821		84.059.821	
			TOTAL DO CAPÍTULO 12 .:	87.145.033		87.145.033	

7.3D - MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA - Despesa

DO PERÍODO DE: JANEIRO ATÉ: DEZEMBRO DO ANO: 2017

RÚBRICAS Designação	PAGAMENTOS		TOTAL
	Próprio ano	Anos anteriores	
IV - TOTAL DOS PAGAMENTOS:	7.398.981.420	5.367.267	7.404.348.687
SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE:			
- Fundos próprios .	87.318.662		87.318.662
- Fundos alheios .	476.451		476.451
V - TOTAL SALDO DE GERÊNCIA:	87.795.113		87.795.113
VI - TOTAL GERAL:	7.486.776.533	5.367.267	7.492.143.800

José Guerreiro
José Guerreiro
Coordenador da Unidade

José Carlos Calado
José Carlos Calado
Presidente do Conselho Diretivo

Carla Gonçalo
Carla Gonçalo
Vice-Presidente do Conselho Diretivo

Pedro Alexandre
Pedro Alexandre
Vogal do Conselho Diretivo

Ricardo Mestre
Ricardo Mestre
Vogal do Conselho Diretivo

Armanda Moura
Armanda Moura
Diretora do Departamento
de Gestão Financeira

sn
Arana
2

ATIV./DEPTO Todos

7.3R - MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA - Receita

DO PERÍODO DE: JANEIRO ATÉ : DEZEMBRO DO ANO: 2017

RÚBRICAS

RECEBIMENTOS

Cap	Grp	Art	Designação	Próprio ano	Anos anteriores	TOTAL
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR:						
- Fundos próprios .						149.594.498
- Fundos alheios .						1.287.441
						150.881.939
16			SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR:			
	01		Saldo orçamental:			
		01	Na posse do serviço .	149.594.498		149.594.498
		01a	Restituições de Verbas	230.578		230.578
		03	Na posse do serviço - Consignado .	0		0
		04	Na posse do Tesouro .	0		0
Total do capítulo 16 .:				149.363.920		149.363.920
I - TOTAL SALDO DE GERÊNCIA:				149.363.920		149.363.920
02			IMPOSTOS INDIRECTOS:			
	01		Impostos			
		99	Imposto Diversos sobre o consumo .	0	0	0
	02		Outros:			
		01	Lotarias .	50.738.626	0	50.738.626
		03	Imposto de Jogo .	2.391.138	0	2.391.138
		05	Outros .	54.868.238	0	54.868.238
		99	Outros .	7.170.758	0	7.170.758
Total do capítulo 02 .:				115.168.760	0	115.168.760
04			TAXAS MULTAS E OUT PENALIDADES:			
	01		Taxas:			
		08	Taxas moderadoras .	0	0	0
		16	Taxas s/fiscaliz.actividad.com. e industria:	0	0	0
		17	Taxas s/licenciam.div.concedidos empresas:	5.258	0	5.258
		99	Taxas diversas .	0	0	0
Total 04.01 .				5.258	0	5.258
	02		Multas e outras penalidades:			
		01	Juros de mora .	0	0	0
		99	Multas e penalidades diversas .	0	0	0
Total 04.02 .				0	0	0
Total do capítulo 04 .:				5.258	0	5.258
05			RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE:			
			Juros - Sociedades financeiras:			
	02	01	Bancos e outras instituições financeiras .	0	0	0
	03	01	Juros admin. pública - estado .	0	0	0
Total 05.02 .				0	0	0
	10		Rendas:			
		01	Terrenos .	0	0	0
		03	Habitações .	0	0	0
		04	Edifícios .	679.849	0	679.849
		05	Bens de dominio público .	0	0	0
		99	Outros .	0	0	0
Total 05.10 .				679.849	0	679.849
Total do capítulo 05 .:				679.849	0	679.849
06			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:			
	01		Sociedades e quase-soc. n/financeiras:			
		01	Públicas .	0	0	0
		02	Privadas .	0	0	0
Total 06.01 .				0	0	0

Assina

7.3R - MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA - Receita

DO PERÍODO DE:			JANEIRO	ATÉ :	DEZEMBRO	DO ANO:	2017
RÚBRICAS			Designação	RECEBIMENTOS			TOTAL
Cap	Grp	Art		Próprio ano	Anos anteriores		
03			Administração central:				
	01		Estado .	7.030.463.477	0		7.030.463.477
	05		Estado-Partic.Port. Proj. co-financiados .	0	0		0
	06		Estado-Partic Comun Proj. co-financiados	0	0		0
	07		Serviços e fundos autónomos .	28.000.000	0		28.000.000
	10		SFA-Particip Port Proj co-financiados .	0	0		0
	11		SFA-Particip Comun Proj co-financiados	0	0		0
			Total 06.03 .	7.058.463.477	0		7.058.463.477
04			Transferências das Regiões Autónomas				
	02		Região autónoma da Madeira	0	0		0
			Total 06.04 .	0	0		0
05			Administração local:				
	01		Continente .	39.826.881	0		39.826.881
	02		Região autónoma dos Açores .	69.470	0		69.470
06			Segurança Social:				
	02		Participação Port Proj co-financiados .	0	0		0
	03		Financiamento comunit. proj. co-financ.	0	0		0
	04		Outras transferências	0	0		0
			Total 06.06 .	0	0		0
07			Instituições sem fins lucrativos:				
	01		Instituições em fins lucrativos .	0	0		0
08			Famílias:				
	01		Famílias .	0	0		0
09			Resto do mundo:				
	01		União europeia - Instituições .	0	0		0
	05		Países terceiros e Organizações interc. .	313.618	0		313.618
			Total 06.09 .	313.618	0		0
			Total do capítulo 06 .:	7.098.673.446	0		7.098.673.446
07			VENDA BENS E SERVIC. CORRENTES:				
	01		Vendas de bens:				
	08		Mercadorias .	0	0		0
	09		Matérias de consumo .	0	0		0
	10		Desperdícios, resíduos e refugos .	0	0		0
	11		Produtos acabados e intermédios .	0	0		0
	99		Outros .	0	0		0
			Total 07.01 .	0	0		0
	02		Serviços:				
	01		Aluguer espaços e equipamento .	0	0		0
	02		Estudos, pareceres, proj. consultadoria .	0	0		0
	05		Actividades de saúde .	25.741.960	35.674		25.777.634
	08		Serv.sociais, recreat.,cult.desp. .	0	0		0
	99		Outros .	0	0		0
			Total 07.02 .	25.741.960	35.674		25.777.634
	03		Rendas:				
	02		Edifícios .	0	0		0
			Total do capítulo 07 .:	25.741.960	35.674		25.777.634
08			OUTRAS RECEITAS CORRENTES:				
	01		Outras:				
	01		Prémios, taxas, p/garantia risco/Dif.câmbic	0	0		0
	99		Outras .	12.863.956	1.500.000		14.363.956
			Total do capítulo 08 .:	12.863.956	1.500.000		14.363.956
			II - TOTAL RECEITAS CORRENTES:	7.253.133.228	1.535.674		7.254.668.902
09			VENDAS DE BENS INVESTIMENTO:				
	03		Edifícios:				
	03		Adm.Púb - Adm.Central - Estado .	0	0		0
	04		Outros bens de investimento:				
	10		Famílias .	0	0		0
			Total do capítulo 09 .:	0	0		0

7.3R - MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA - Receita

DO PERÍODO DE:

JANEIRO

ATÉ :

DEZEMBRO

DO ANO:

2017

			RÚBRICAS	RECEBIMENTOS		
Cap	Grp	Art	Designação	Próprio ano	Anos anteriores	TOTAL
10			TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL:			
	01		Sociedades quase soc n/financeiras:			
		01	Públicas .	0	0	0
		02	Privadas .	0	0	0
			Total 10.01 .	0	0	0
	02		Sociedades financeiras:			
		01	Bancos e outras instituições financeiras .	0	0	0
	03		Administração central:			
		01	Estado .	0	0	0
		06	Estado-Partic Port Proj co-financiados .	0	0	0
		08	Serviços e fundos autónomos .	0	0	0
		09	SFA - Particip Port Proj co-financiados .	0	0	0
			Total 10.03 .	0	0	0
	05		Administração local:			
		01	Continente .	0	0	0
	06		Segurança social:			
		05	Outras transferências .	0	0	0
	08		Famílias:			
		01	Famílias .	0	0	0
	09		Resto do mundo:			
		01	Instituições .	0	0	0
			Total do capítulo 10 .:	0	0	0
11			ACTIVOS FINANCEIROS:			
	06		Empréstimos a médio e longo prazo:			
		10	Famílias .	0		0
13			OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL:			
	01		Outras:			
		01	Indemnizações .	0	0	0
		99	Outras .	0	0	0
			Total do capítulo 13 .:	0	0	0
III - TOTAL RECEITAS CAPITAL:				0	0	0

15			REPOSIÇÕES N/ABATIDAS N/PAGAM.:			
	01		Resposições n/abatidas n/pagamentos			
		01	Reposições n/abatidas nos pagamentos .	489.494		489.494
			Total do capítulo 15 .:	489.494		489.494

17			OPERACÕES EXTRA ORCAMENTAIS:			
		03	Reposições abatidas n/pagamentos .	0		0

IV - TOTAL RECEITAS F.PRÓPRIOS: 7.253.622.722 1.535.674 7.255.158.396

OPERAÇÕES DE TESOURARIA:

17			OPERACÕES EXTRA ORCAMENTAIS:			
	01		Receitas do Estado.	3.285.754		3.285.754
	02		Outras operações de tesouraria .	84.335.730		84.335.730
			Total do capítulo 17 .:	87.621.484		87.621.484

V - TOTAL DOS RECEBIMENTOS:

7.341.244.206 1.535.674 7.342.779.880

José Guerreiro
Coordenador da Unidade
de Contabilidade

TOTAL GERAL:

7.490.608.126

7.490.608.126
José Carlos Caiado
Presidente do Conselho Diretivo

Vice-Presidente do Conselho Diretivo
7.490.608.126
Carla Gonçalo

Armanda Moura
17 ABR 2018
Diretora do Departamento
de Gestão Financeira

09:16:39

Página 3 de 3



ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
DO SISTEMA DE SAÚDE, IP

OTIMIZAR RECURSOS
GERAR EFICIÊNCIA



Anexos às Demonstrações Financeiras

Gerência

1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017



REPÚBLICA
PORTUGUESA
SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE

www.acss.min-saude.pt

ÍNDICE

0.	Nota introdutória.....	3
1.	Caracterização da entidade	3
1.1.	Identificação.....	3
1.2.	Legislação	3
1.3.	Estrutura organizacional efetiva	4
1.4.	Descrição sumária das atividades	5
1.5.	Recursos humanos	5
1.6.	Organização contabilística	5
2.	Notas ao balanço e à demonstração de resultados	6
2.3.	Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração dos resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.....	6
2.7.	Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros, dos tipos seguintes	10
2.22.	Valores globais das existências que se encontram fora das instituições (consignadas, em trânsito, à guarda de terceiros).....	11
2.31.	Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte.....	12
2.32.	Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos, no exercício, em cada uma das contas da classe 5 - «fundo patrimonial», constantes do balanço.....	12
2.33.	Demonstração do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, de acordo com o mapa seguinte.....	13
2.37.	Demonstração dos resultados financeiros.	13
2.38.	Demonstração dos resultados extraordinários.	13
2.39.	Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	14

0. Nota introdutória

As presentes notas seguem a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS). Os pontos cuja numeração se omitiu deste anexo não são aplicáveis ao Instituto ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

1. Caracterização da entidade

1.1. Identificação

Designação:

Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

Número de identificação fiscal:

508188423

Endereço:

Parque de Saúde de Lisboa, Edifício 16
Avenida do Brasil n.º 53
1700-063 Lisboa

Código de classificação orgânica:

12 1 03 01 00

Regime financeiro:

É um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio, sob superintendência e tutela do Ministro da Saúde.

1.2. Legislação

Lei Orgânica do Ministério da Saúde:

Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro, alterado pelos Decreto-Lei n.º 126/2014, de 22 de agosto, Decreto-Lei n.º 127/2014, de 22 de agosto, Decreto-Lei n.º 173/2014, de 19 de novembro e Decreto-Lei n.º 152/2015, de 7 de agosto e Decreto-Lei n.º 7/2017, de 9 de janeiro.

Lei Orgânica da ACSS, IP:

Decreto-Lei n.º 35/2012, de 15 de fevereiro, alterado pelos Decreto-Lei n.º 173/2014, de 19 de novembro, e Decreto-Lei n.º 206/2015, de 23 de setembro.

Estatutos da ACSS, IP:

Portaria n.º 155/2012, de 22 de maio

1.3. Estrutura organizacional efetiva

A Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., doravante designada ACSS, IP, é dirigida por um Conselho Diretivo composto por um Presidente, uma Vice-Presidente e dois Vogais tendo ainda um Órgão de Fiscalização, constituído por um Fiscal Único e um Órgão de natureza consultiva, o Conselho Consultivo.

Apresenta-se de seguida o organograma da ACSS, IP onde estão identificados os responsáveis pela Direcção do Instituto e pelas unidades orgânicas destacando-se, de seguida, a constituição do Conselho Diretivo, em funções, à data da preparação da prestação de contas:

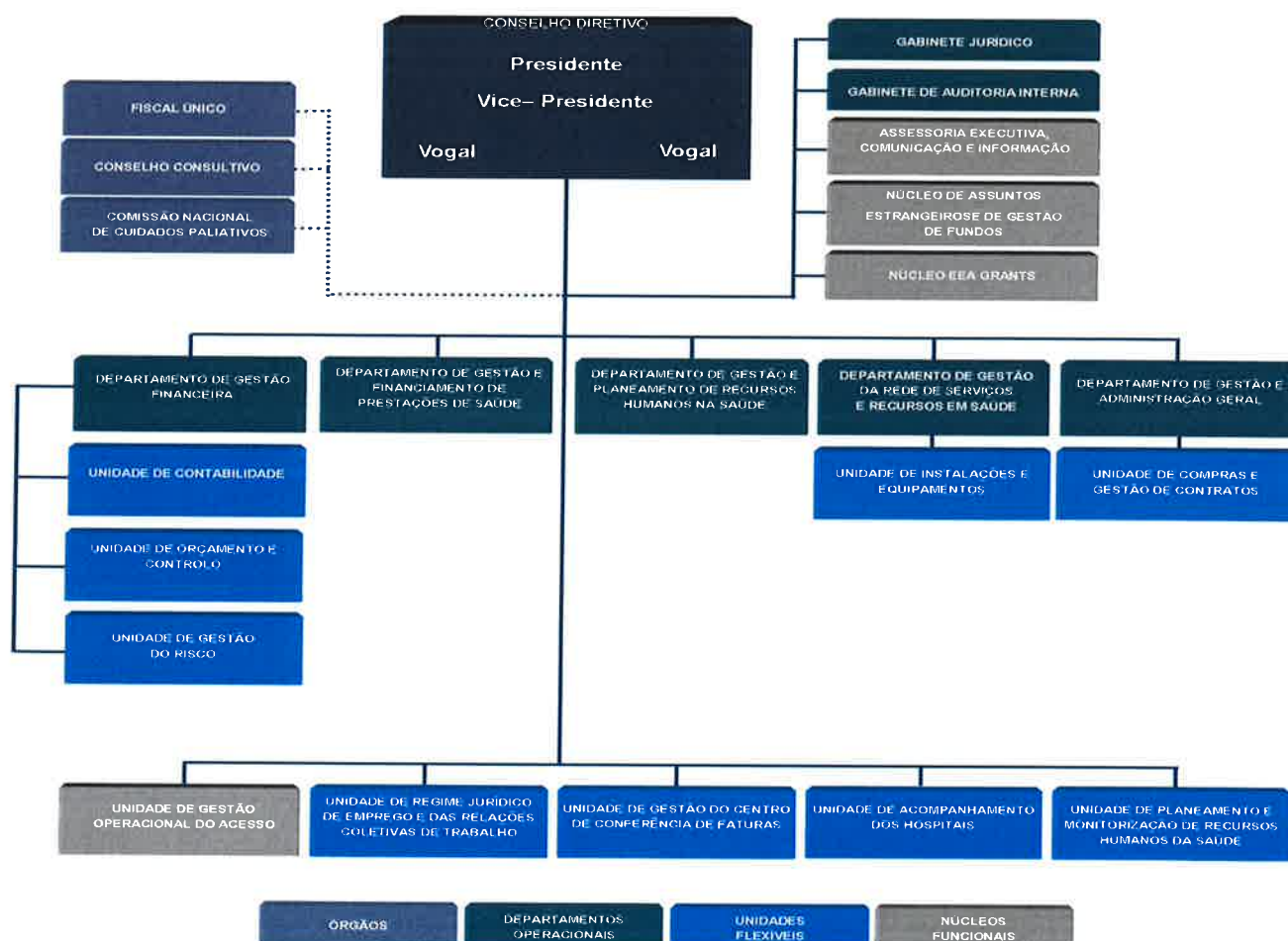
Presidente: Dr. José Carlos Ferreira Caiado

Vice-Presidente: Dr^a Carla Alexandra de Menezes Moutinho Henriques Gonçalves Catarino

Vogal: Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre

Vogal: Dr. Ricardo Jorge Almeida Perdigão Seleiro Mestre

De referir que a Dr.^a Marta Temido cessou funções de Presidente do Conselho Diretivo da ACSS, IP em 31/12/2017.



1.4. Descrição sumária das atividades

A ACSS, I. P., tem por missão assegurar a gestão dos recursos financeiros e humanos do Ministério da Saúde e do Serviço Nacional de Saúde, bem como das instalações e equipamentos do SNS, proceder à definição e implementação de políticas, normalização, regulamentação e planeamento em saúde, nas áreas da sua intervenção, em articulação com as Administrações Regionais de Saúde, I. P., no domínio da contratação da prestação de cuidados.

1.5. Recursos humanos

O número de efetivos da ACSS, IP reportados a 31 de dezembro de 2017 totalizava 194 detalhando-se nos quadros seguintes por departamento /unidade flexível e cargos/carreiras.

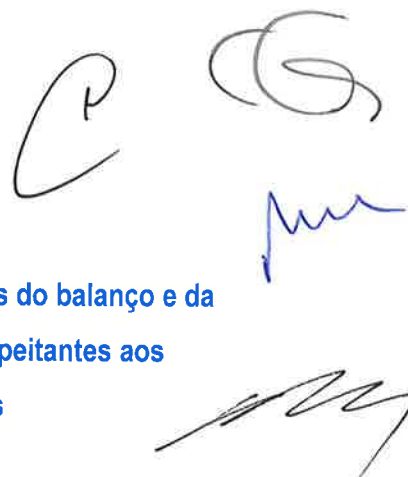
Departamento/Unidade Flexível		N.º PT
CD	Conselho Diretivo	4
AEC	Assessoria Executiva, Comunicação e Informação	6
DFI	Departamento de Gestão Financeira	1
UCT	Unidade de Contabilidade	9
UOC	Unidade de Orçamento e Controlo	11
UGR	Unidade de Gestão de Risco	3
Sub-Total		24
DPS	Departamento de Gestão e Financiamento de Prestações de Saúde	22
DRS	Departamento de Gestão da Rede de Serviços e Recursos em Saúde	18
UIE	Unidade de Instalações e Equipamentos	5
Sub-Total		23
DRH	Departamento de Gestão e Planeamento de Recursos Humanos na Saúde	27
DAG	Departamento de Gestão e Administração Geral	39
GJU	Gabinete Jurídico	7
UCF	Unidade de Gestão do Centro de Conferência de Faturas	4
GAI	Gabinete de Auditoria Interna	3
URJ	Unidade de Regimes Jurídicos de Emprego e das Relações Coletivas de Trabalho	8
UAH	Unidade de Acompanhamento dos Hospitais	4
UGA	Unidade de Gestão do Acesso	11
UGM	Unidade de Gestão da Conta do Medicamento e dos Dispositivos Médicos	1
UPM	Unidade de Planeamento e Monitorização de Recursos Humanos na Saúde	8
NSISNS	Núcleo de Sistemas de Informação do Serviço Nacional de Saúde	1
NAEGF	Núcleo de Assuntos Estrangeiros e de Gestão de Fundos	1
EEAGRANTS	Núcleo Executivo do Programa Iniciativas em Saúde Pública (PT06)	1
TOTAL		194

Cargo/Carreira	N.º RH
Dirigente Superior	4
Dirigente Intermédio	15
Técnico Superior	123
Assistente Técnico	34
Assistente Operacional	6
Informático	5
Médico	2
Enfermeiro	4
Técnico Superior de Saúde	1
TOTAL	194

1.6. Organização contabilística

- O Organismo possui manual de contabilidade do POCMS (Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde).
- A informação contabilística é automatizada.
- O arquivo dos documentos de suporte é organizado por data de registo
- O sistema informático utilizado é o SICC - Sistema de Informação Centralizado de Contabilidade.

- e) As demonstrações financeiras intercalares são produzidas mensalmente.
f) Não existe descentralização contabilística.



2. Notas ao balanço e à demonstração de resultados

2.3. Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração dos resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões

O critério valorimétrico adotado relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados foi o do custo de aquisição.

A ACSS, IP adotou a política contabilística do acréscimo no exercício de 2017 tendo ocorrido um conjunto de factos patrimoniais, com relevante impacto, que importa referir:

Ativo

a) Dívidas de terceiros – clientes e instituições do Ministério da Saúde

As dívidas dos países relativas a Convenções Internacionais totalizam 250.923.812,55 € sendo a França o país a apresentar o maior peso relativo da dívida.

Os montantes a receber no total de 14.121.321,85 € são referentes fundamentalmente aos serviços de suporte de TI/SI às aplicações informáticas de propriedade da ACSS, IP.

b) Dívidas de terceiros – adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos efetuados no âmbito dos Contratos-Programa (CP) aos Hospitais e Unidades Locais de saúde não regularizados totalizam 1.041.556.540,49 € com o seguinte detalhe:

- Saldos dos Contratos-Programa até 2016: 433.705.380,47 € (contemplando a revisão das estimativas para os CP que não se encontravam encerrados)
- CP 2017: 607.851.160,02 €

c) Dívidas de terceiros – outros devedores

As dívidas das Entidades Públicas Empresariais (EPE) no âmbito de Programas Verticais totalizam 7.117.130,07€ conforme detalhe seguinte:

- Procriação Medicamente Assistida: 224.086,06€

- Tafamidis / Paramiloidose: 4.928.681,90€
- Programa de Incentivo à Cirurgia: 1.964.362,11€

A retenção efetuada pela ADSE em 2014, por conta de eventuais dívidas de entidades do Serviço Nacional de Saúde, de parte da receita que deveria ter sido transferida por esse subsistema para a ACSS, IP representa 7.159.536,59€.

d) Disponibilidades

As disponibilidades totalizam 87.795.113,19 €.

e) Acréscimos de diferimentos

Os acréscimos de proveitos apresentam um saldo de 190.400.149,75 € destacando-se os montantes com maior significado:

- Convenções Internacionais: 100.810.729,36 €

O acréscimo de proveitos contabilizado no âmbito das Convenções Internacionais e referente a despesas efetivas (E-125) de 2017, foi apurado de acordo com a média anual de faturação ao estrangeiro de anos anteriores de 33.008.429,25€ e, adicionalmente, considerou-se o acréscimo de proveitos referente a despesas fixas (E-127) para 2016 (estimado) e para 2017 considerando a média de faturação de anos anteriores sendo que ambos os montantes totalizam 67.802.300,11€.

- Apuramento adicional do Acordo APIFARMA 2015: 56.602.533,00 €

O apuramento adicional referente ao Acordo com a APIFARMA de 2015 foi efetuado na sequência dos Pareceres n.º 32/2015 e n.º 32/2015-C do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República publicados no Diário da República, 2.ª série, n.º 229 de 29 de novembro de 2016 e contabilizado no encerramento de contas de 2016.

- Jogos Sociais: 31.119.145,51 €

Os proveitos provenientes dos resultados líquidos dos Jogos Sociais da Santa Casa Misericórdia de Lisboa, referentes ao último trimestre de 2017, e cuja cobrança foi efetuada em fevereiro de 2018 totalizaram o montante indicado.

- Acordos APIFARMA: 1.867.486,05€

As receitas cobradas no início de 2018 e respeitantes a contribuições em dinheiro da indústria farmacêutica referente a Acordos com a APIFARMA de anos anteriores foram de 1.867.486,05€.

Os custos diferidos totalizam 1.616.907,24€ e respeitam aos montantes referentes ao CP de 2017 respeitante às EPE em que as estimativas de custo totais previstas foram inferiores aos montantes faturados pelas entidades.

f) Fundo Patrimonial

O total das reservas mantem-se em 43.571.271,18 €.

Os resultados transitados totalizam um montante negativo de – 845.753.753,13 € verificando-se, por um lado, uma melhoria significativa de 242.539.660,94€ referente ao impacto positivo da revisão das estimativas de todos os Contratos-Programa com as EPE até 2016 que atento o montante de grande significado e por forma a permitir assegurar consistência na contabilização das EPE procedeu-se ao registo nesta rubrica. Por outro lado, o resultado líquido do exercício anterior de -192.076.622,49 € compensou grande parte do efeito anteriormente referido.

O resultado líquido do exercício foi positivo em 44.410.123,99 €.

O resultado mencionado e o impacto da revisão das estimativas dos CP atrás referido permitiu que o fundo patrimonial tenha passado a positivo no montante de 48.036.388,30 €.

Passivo

g) Dívidas a terceiros – fornecedores c/c

A dívida a fornecedores de conta corrente totaliza 809.723.533,42 € dos quais 307.609.594,59 € respeitam ao saldo total da dívida às EPE dos Contratos-Programa até ao ano de 2016 contemplando a revisão das estimativas para os CP que não se encontravam encerrados.

O montante em dívida no âmbito das Convenções Internacionais é de 267.813.990,47 € sendo a França, à semelhança do ativo, o país ao qual Portugal apresenta maior dívida.

As dívidas às entidades do SNS no âmbito da faturação emitida ao estrangeiro de convenções internacionais totalizam 229.261.178,81 € sendo que a esse respeito importa referir a orientação transmitida às EPE para alteração da entidade financeira responsável para a ACSS, IP.

As faturas referentes ao CP de 2017 que não foram regularizadas pelos adiantamentos efetuados durante o ano foram de 4.443.867,29€.

As restantes faturas que se encontravam em dívida totalizam 594.902,26€.

h) Fornecedores de imobilizado

Não existem dívidas nesta tipologia de fornecedores.

i) Estado e outros entes públicos

O referido passivo ascende a 210.080,35 €.

j) Dívidas a terceiros – outros credores

O montante total das dívidas a terceiros ascendeu a 34.049.204,23 €.

Na sequência da realização de contrato de transação entre o Ministério da Saúde, ACSS, IP e SAMS Norte foi liquidado parte do passivo sendo que no encerramento de contas permanecia em dívida ao SAMS Norte o montante de 9.270.584,02 €, entretanto liquidada no início de 2018.

A dívida às entidades do Serviço Nacional de Saúde, decorrente dos contratos de mandato com representação assinado entre a ACSS, IP e essas entidades era de 4.274.756,05 €.

No âmbito do protocolo com os SAMS Centro mantém-se registado um passivo de 8.710.462,09€.

A dívida apurada referente às Regiões Autónomas no âmbito das Convenções Internacionais totalizou 7.157.983,70 €.

O financiamento proveniente do Programa EEA Grants que até ao final do exercício ainda não tinha sido aplicado em despesa totalizava 250.297,09 €.

Os passivos às EPE referentes a Programas Verticais totalizaram 4.285.115,49 € conforme detalhe seguinte:

- Procriação Medicamente Assistida: 789.000,43 €
- Programa de Tratamento Cirúrgico da Obesidade: 2.292.825,72 €
- Programa Registo Oncológico Regional: 300.000,00 €
- Programa de Promoção de Investigação e Desenvolvimento: 903.289,34 €

As cauções a fornecedores ascenderam ao montante de 98.950,65 €.

k) Provisões

As provisões relativas a processos de contencioso totalizavam 3.002.973,56 € sendo que no presente exercício procedeu-se a uma redução no montante de 1.438.450,15 € respeitante à conclusão de alguns processos que estavam em Tribunal.

l) Acréscimos e diferimentos

O montante total dos acréscimos de custos ascendeu a 711.718.451,52 € sendo que a redução significativa face ao ano anterior decorre do apuramento do saldo acumulado dos CP efetuado até 2016 tendo sido contabilizado em adiantamentos a fornecedores ou fornecedores c/c, em caso de ativo ou passivo, respetivamente.

No que respeita ao atendimento de assistência médica a cidadãos nacionais no estrangeiro no âmbito das Convenções Internacionais foi apurado um montante total de acréscimo de custos de 37.283.727,78 € referente às despesas efetivas (E-125) estimadas para 2017 que não tenham sido faturadas no montante de 30.634.579,35 € e estimativa para as despesas de montantes fixos (E-127) dos anos de 2016 e 2017 considerando a média de faturação de anos anteriores.

Relativamente à Convenção Bilateral com Cabo Verde foi relevada uma estimativa de dívida líquida referente aos anos de 2005 a 2017 no montante de 5.600.161,30 €.

Ainda no âmbito das convenções internacionais foi contabilizado o acréscimo de custo da despesa estimada que ainda não tenha sido faturada pelas entidades do SNS no total de 19.380.490,98 €.

A dívida estimada às Regiões Autónomas referente a despesa parcial de 2016 e 2017 de faturação que possa vir a ser emitida ao estrangeiro é de 1.069.056,58 €.

O acréscimo de custo referente aos Programas Verticais representou 63.902.574,17 € distribuído conforme enunciado:

- Doenças Lisossomais: 415.247,22 €
- Assistência Médica no Estrangeiro: 1.380.225,35 €
- Transplantes: 25.273.743,53 €
- Ajudas Técnicas: 1.085.349,37 €
- Fruta Escolar: 11.628,32 €
- Benefícios Adicionais de Saúde: 100.530,86 €
- Medicamentos hipoproteicos: 42.244,47 €
- Programa de Promoção de Investigação e Desenvolvimento: 2.000.000,00 €
- Programa de Incentivo à Cirurgia: 3.135.260,21 €
- Hepatite C: 29.956.744,84 €
- Bombas de insulina: 501.600,00 €

2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros, dos tipos seguintes

Nos quadros seguintes apresenta-se o detalhe das variações do imobilizado bruto e as amortizações do exercício. De salientar que se procedeu a regularizações do imobilizado e se amortizou integralmente bens com valor patrimonial reduzido.

Ativo imobilizado

unidade: euro

Código	Designação	Saldo inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						
421	Terrenos e recursos naturais	750.000,00		0,00			750.000,00
422	Edifícios e outras construções	4.424.409,85		12.177,00		12.621,12	4.423.965,73
423	Equipamento básico	0,00		158,99			158,99
424	Equipamento de transporte	0,00		0,00		0,00	0,00
425	Ferramentas e utensílios	0,00		0,00			0,00
426	Equipamento administr e informático	8.434.604,19		768.132,52		877.144,48	8.325.592,23
427	Taras e vasilhame	0,00		0,00			0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	0,00		0,00			0,00
442	Imobilizaç em curso imobil corpóreas	0,00		0,00		0,00	0,00
448	Adiantament p/conta imob.corpóreas	0,00		0,00			0,00
	Total imobilizações corpóreas:	13.609.014,04	0,00	780.468,51	0,00	889.765,60	13.499.716,95

Amortizações

unidade: euro

Código	Designação	Saldo inicial	Reforços	Regularizaç	Saldo final
	DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
4821	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
4822	Edifícios e outras construções	707.888,93	29.640,58		737.529,51
4823	Equipamento básico	0,00	158,99		158,99
4824	Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
4825	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00		0,00
4826	Equipamento administr e informático	8.061.383,70	175.355,92	190.801,37	8.045.938,25
4827	Taras e vasilhame	0,00	0,00		0,00
4829	Outras imobilizações corpóreas	0,00	0,00		0,00
	Total amortizações	8.769.272,63	205.155,49	190.801,37	8.783.626,75

2.22. Valores globais das existências que se encontram fora das instituições (consignadas, em trânsito, à guarda de terceiros)

As existências referentes à reserva de Oseltamivir no montante de 21.789.075,00 € que se encontram fora da ACSS, IP, à guarda da Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, IP (INFARMED) foram provisionadas, em 2015, por depreciação de existências em virtude do INFARMED não ter dado garantias, naquela data, da utilização futura do produto, aguardando-se a sua inceneração.

2.31. Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte

unidade: Euro

Código das contas	Movimentos	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
292	Provisões para riscos e encargos	4.441.423,71	0,00	1.438.450,15	3.002.973,56
39	Provisões p/ depreciação existências	21.789.075,00	0,00	0,00	21.789.075,00
49	Provisões p/ investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

2.32. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos, no exercício, em cada uma das contas da classe 5 - «fundo patrimonial», constantes do balanço.

Apresenta-se de seguida quadro resumo das variações nas contas da classe 5 — «Fundo patrimonial»

unidade: Euro

POCMS	51	57	59	88	
Designação	Património	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo inicial	805.808.746,26	43.571.271,18	-895.986.213,60	-192.076.622,49	-238.682.818,65
Impacto revisão estimativas Contratos-Programa até 2016			242.539.660,94		242.539.660,94
Restituição parcial de saldo de gerência de 2016 à DGO			-230.577,98		-230.577,98
Aplicação de resultados de 2016			-192.076.622,49	192.076.622,49	0,00
Resultado líquido de 2017	0,00	0,00	0,00	44.410.123,99	44.410.123,99
Saldo final	805.808.746,26	43.571.271,18	-845.753.753,13	44.410.123,99	48.036.388,30

De salientar o impacto positivo da revisão das estimativas de todos os Contratos-Programa com as EPE até 2016, que atento o montante de grande significado e por forma a permitir assegurar consistência na contabilização das EPE procedeu-se ao registo por contrapartida de resultados transitados no montante de 242.539.660,94 €.

A restituição parcial do saldo de gerência de 2016 à DGO referente a receita do orçamento de estado - contribuição extraordinária da indústria farmacêutica (CEIF) contribuiu negativamente em 230.577,98 €.

2.33. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, de acordo com o mapa seguinte:

unidade: Euro

Código das contas	Movimentos	Mercadorias	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo
36	Existências iniciais	0,00	21.837.924,09
312 + 316 - 317	Compras	0,00	25.623,56
793 + 693	Regularização de existências	0,00	-7.166,27
36	Existências finais	0,00	21.831.462,99
61	Custos do exercício	0,00	24.918,39

2.37. Demonstração dos resultados financeiros.

unidade: Euro

Custos e perdas		Exercícios		Proveitos e ganhos		Exercícios	
Código	Designação	N	N-1	Código	Designação	N	N-1
681	Juros suportados	800,80	15.892,26	781	Juros obtidos	0,00	0,00
683	Amortizações investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	679.848,75	36.044,25
684	Provisões p/ aplicações financeiras	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
687	Perdas na alienação aplicações tesouraria	0,00	0,00	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	63,21	150,00	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	Resultados financeiros (+/-)	678.984,74	20.001,99				
		679.848,75	36.044,25			679.848,75	36.044,25

2.38. Demonstração dos resultados extraordinários.

unidade: Euro

Custos e perdas		Exercícios		Proveitos e ganhos		Exercícios	
Código	Designação	N	N-1	Código	Designação	N	N-1
691	Transferências de capital concedidas	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	288,46	0,00
693	Perdas em existências	7.454,73	2.018,62	794	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	131,25	1,56	795	Benefícios e penalidades contratuais	0,00	0,00
695	Multas e penalidades	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e provisões	1.438.450,15	7.391.697,04
696	Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,00	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	8.009.200,77	46.662.520,47
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	14.298.307,60	44.406.460,54	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	0,00	57.773.091,43
698	Outros custos e perdas extraordinários	0,00	0,00				
	Resultados extraordinários (+/-)	-4.857.954,20	67.418.828,22				
		9.447.939,38	111.827.308,94			9.447.939,38	111.827.308,94

O decréscimo acentuado dos resultados extraordinários está relacionado com o facto de no ano transato ter sido contabilizado um apuramento adicional respeitante ao Acordo com a APIFARMA de 2015 e, por outro lado, a contabilização da revisão das estimativas de todos os Contratos-Programa com as EPE até 2016, na presente prestação de contas, ter sido efetuada por contrapartida de resultados transitados conforme mencionado no ponto 2.32.

2.39. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Verificou-se uma alteração da política contabilística referente à contabilização do impacto da revisão das estimativas de todos os Contratos-Programa com as EPE até 2016 que, em anos anteriores, tinha sido contabilizado em resultados do exercício mas que por se tratar de um montante de grande significado e por forma a permitir assegurar consistência na contabilização face às orientações transmitidas às EPE procedeu-se à contabilização por contrapartida de resultados transitados eliminando uma eventual *plug account* no processo de consolidação, assegurando dessa forma o cumprimento de recomendação do Tribunal de Contas.

O impacto acima referido na conta de resultados transitados, a favor da ACSS, IP, foi de 242.539.660,94€.

Atenta a informação disponível à data de conclusão da Conta de Gerência 2017 referente aos Contratos-Programa (CP) de 2008 a 2017 verifica-se que a ACSS, IP apresentava um ativo líquido de passivos no montante total de 147.413.914,59 € conforme quadro resumo seguinte:

Unidade: Euro

Contrato-Programa	Ativo da ACSS			Passivo da ACSS			Ativo compensado Passivo
	229	2729	Total	221	2739	Total	Total
2008 a 2016	433.705.380,47		433.705.380,47	-307.609.594,59		-307.609.594,59	126.095.785,88
2017	607.851.160,02	1.616.907,24	609.468.067,26	-4.443.867,29	-583.706.071,26	-588.149.938,55	21.318.128,71
Total (2008 a 2017)	1.041.556.540,49	1.616.907,24	1.043.173.447,73	-312.053.461,88	-583.706.071,26	-895.759.533,14	147.413.914,59

O detalhe dos ativos e passivos referentes aos Contratos-Programa de 2008 a 2017, por Hospital ou Unidade Local de Saúde, encontra-se disponível no seguinte quadro:

Mapa resumo Contratos Programa 2008 a 2017

		TOTAL CP 2008 a 2017						
Entidade Pública Empresarial	Código SIEF	Ativo da ACSS			Passivo da ACSS			Ativo compensado Passivo
		229	2729	Total	221	2739	Total	
ARS Norte	SIGEF	181.812.924,22	143.018,57	181.955.942,79	-197.486.561,89	-137.493.310,54	-334.979.872,43	-153.023.929,64
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, EPE	1057	3.902.246,84	0,00	3.902.246,84	-8.293.778,82	-1.399.568,82	-9.693.347,64	-5.791.100,80
Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	1068	14.183.552,89	0,00	14.183.552,89	-2.667.748,51	-14.803.152,92	-17.470.901,43	-3.287.348,54
Centro Hospitalar Póvoa Varzim / Vila do Conde, EPE	1051	6.490.141,95	0,00	6.490.141,95	0,00	-3.425.801,47	-3.425.801,47	3.064.340,48
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE	1048	0,00	0,00	0,00	-24.398.015,10	-2.983.004,61	-27.381.019,71	-27.381.019,71
Hospital de Magalhães Lemos, EPE	1056	447.891,57	0,00	447.891,57	-7.166.314,17	-930.722,96	-8.097.037,13	-7.649.145,56
Centro Hospitalar Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	1042	32.891.475,17	0,00	32.891.475,17	0,00	-7.913.734,01	-7.913.734,01	24.977.741,16
Centro Hospitalar Vila Nova Gaia/Espinho, EPE	1045	10.662.392,54	0,00	10.662.392,54	-31.716.881,09	-14.689.415,91	-46.406.297,00	-35.743.904,46
Hospital Nossa Senhora da Oliveira - Guimarães, EPE	1071	4.684.041,87	0,00	4.684.041,87	-1.720.418,73	-1.609.753,73	-3.330.172,46	1.353.869,41
Centro Hospitalar Médio Ave, EPE	1043	18.652.192,95	0,00	18.652.192,95	0,00	-3.242.774,90	-3.242.774,90	15.409.418,05
Centro Hospitalar do Porto, EPE	1047	36.573.517,66	0,00	36.573.517,66	0,00	-23.948.230,66	-23.948.230,66	12.625.287,00
Hospital Distrital S. Maria Maior, EPE - Barcelos	1009	3.882.358,77	143.018,57	4.025.377,34	-497.142,69	0,00	-497.142,69	3.528.234,65
Centro Hospitalar de São João, EPE	1063	22.589.691,68	0,00	22.589.691,68	-49.972.399,43	-20.179.396,06	-70.151.795,49	-47.562.103,81
Instituto Português de Oncologia do Porto, EPE	1031	0,00	0,00	0,00	-20.561.773,95	-5.563.552,80	-26.125.326,75	-26.125.326,75
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	1018	20.395.351,19	0,00	20.395.351,19	-10.404.289,63	-23.814.455,55	-34.218.745,18	-13.823.393,99
Unidade Local de Saúde Alto Minho, EPE	1053	6.458.069,14	0,00	6.458.069,14	-40.087.799,77	-12.989.746,14	-53.077.545,91	-46.619.476,77
ARS Centro		222.358.459,08	1.473.888,67	223.832.347,75	-50.426.433,32	-114.742.557,44	-165.168.990,76	58.663.356,99
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE	1001	23.580.251,29	0,00	23.580.251,29	0,00	-13.851.186,70	-13.851.186,70	9.729.064,59
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	1064	117.356.472,22	0,00	117.356.472,22	0,00	-51.725.758,39	-51.725.758,39	65.630.713,83
Hospital Distrital Figueira da Foz, EPE	1008	3.588.374,68	0,00	3.588.374,68	0,00	-1.866.350,75	-1.866.350,75	1.722.023,93
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE	1065	15.109.004,39	0,00	15.109.004,39	0,00	-11.390.571,65	-11.390.571,65	3.718.432,74
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE	1066	7.538.780,71	0,00	7.538.780,71	-23.365.847,72	-7.562.873,33	-30.928.721,05	-23.389.940,34
Centro Hospitalar Leiria - Pombal, EPE	1067	1.994.446,30	0,00	1.994.446,30	-18.877.475,63	-5.409.166,03	-24.286.641,66	-22.292.195,36
Instituto Português de Oncologia de Coimbra, EPE	1029	787.938,86	1.473.888,67	2.261.827,53	-116.705,00	0,00	-116.705,00	2.145.122,53
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	1061	5.314.877,66	0,00	5.314.877,66	-8.066.404,97	-6.567.452,72	-14.633.857,69	-9.318.980,03
Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	1054	47.088.312,97	0,00	47.088.312,97	0,00	-16.369.197,87	-16.369.197,87	30.719.115,10
ARS LVT		522.475.331,54	0,00	522.475.331,54	-59.285.863,01	-272.679.519,30	-331.965.382,31	190.509.949,23
Centro Hospitalar de Lisboa - Zona Ocidental, EPE	1034	56.294.423,75	0,00	56.294.423,75	0,00	-21.790.302,93	-21.790.302,93	34.504.120,82
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	1035	68.990.768,97	0,00	68.990.768,97	0,00	-28.021.172,81	-28.021.172,81	40.969.596,16
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	1040	133.932.959,80	0,00	133.932.959,80	0,00	-59.614.992,26	-59.614.992,26	74.317.967,54
Centro Hospitalar Médio Tejo, EPE	1003	62.477.658,01	0,00	62.477.658,01	0,00	-13.275.128,76	-13.275.128,76	49.202.529,25
Hospital Distrital Santarém, EPE	1010	34.947.192,59	0,00	34.947.192,59	0,00	-26.359.095,04	-26.359.095,04	8.588.097,55
Hospital Garcia de Orta, EPE - Almada	1012	21.818.632,30	0,00	21.818.632,30	0,00	-5.253.228,72	-5.253.228,72	16.565.403,58
Centro Hospitalar do Barreiro - Montijo, EPE	1059	38.280.527,12	0,00	38.280.527,12	0,00	-6.378.482,54	-6.378.482,54	31.902.044,58
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	1049	80.430.840,12	0,00	80.430.840,12	-11.404.332,77	-82.620.957,90	-94.025.290,67	-13.594.450,55
Hospital Fernando da Fonseca, EPE	1058	4.966.628,94	0,00	4.966.628,94	-28.567.904,29	-4.777.661,73	-33.345.566,02	-28.378.937,08
Instituto Português de Oncologia de Lisboa, EPE	1030	20.335.699,94	0,00	20.335.699,94	-19.313.625,95	-24.588.496,61	-43.902.122,56	-23.566.422,62
ARS Alentejo		59.177.799,30	0,00	59.177.799,30	-4.854.603,66	-38.616.107,28	-43.470.710,94	15.707.088,36
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	1055	16.386.701,13	0,00	16.386.701,13	0,00	-16.051.382,88	-16.051.382,88	335.318,25
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	1069	9.010.302,37	0,00	9.010.302,37	0,00	-5.256.408,11	-5.256.408,11	3.753.894,26
Hospital Espírito Santo de Évora, EPE	1039	26.155.135,13	0,00	26.155.135,13	0,00	-8.030.172,18	-8.030.172,18	18.124.962,95
Unidade Local Saúde Norte Alentejano, EPE	1046	7.625.660,67	0,00	7.625.660,67	-4.854.603,66	-9.278.144,11	-14.132.747,77	-6.507.087,10
ARS Algarve		55.732.026,35	0,00	55.732.026,35	0,00	-20.174.576,70	-20.174.576,70	35.557.449,65
Centro Hospitalar Algarve, E.P.E.	1070	55.732.026,35	0,00	55.732.026,35	0,00	-20.174.576,70	-20.174.576,70	35.557.449,65
Total Geral		1.041.558.540,49	1.616.907,24	1.043.173.447,73	-312.053.461,88	-583.706.071,26	-895.759.533,14	147.413.914,59

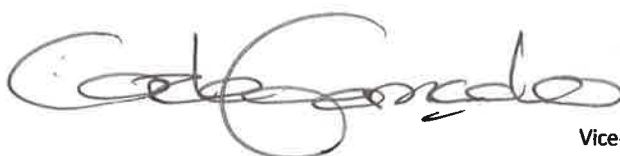
Tal como expresso no quadro anterior, existem saldos a receber de entidades públicas reportados a anos anteriores que, face aos seus défices permanentes, existem incertezas quanto à sua realização, pelo que o reconhecimento deste ativo pela ACSS apresenta elevado grau de contingência, ou seja, tais ativos apresentam baixa probabilidade de virem a ser realizados.

Por se tratar de incertezas de uma quantia material no balanço e não provisionáveis nos termos do normativo contabilístico aplicável (POCMS), procedeu-se à sua quantificação e divulgação no Anexo às Demonstrações Financeiras de acordo com o quadro síntese apresentado.

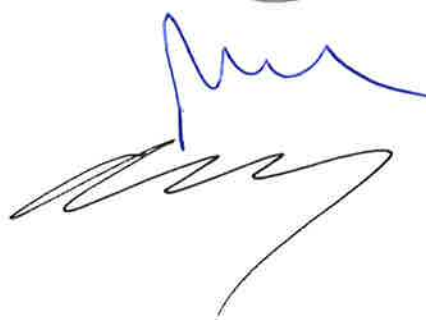
O CONSELHO DIRETIVO



José Carlos Caiado
Presidente do Conselho Diretivo



Carla Gonçalo
Vice-Presidente do Conselho Diretivo



Ricardo Alexandre
Membro do Conselho Diretivo

Ricardo Mestre
Vogal do Conselho Diretivo

Anexos às demonstrações financeiras

Gerência

1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017

11 de maio de 2018

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE, IP

Parque de Saúde de Lisboa | Edifício 16, Avenida do Brasil, 53

1700-063 LISBOA | Portugal

Tel Geral (+) 351 21 792 58 00 Fax (+) 351 21 792 58 48



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**
SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE

www.acss.min-saude.pt

ATA DE APROVAÇÃO DA CONTA DE GERÊNCIA DE 2017

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e dezoito, na sede da Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS, IP), sita em Lisboa, no Parque de Saúde de Lisboa, no Edifício 16, na Avenida do Brasil nº 53, reuniu em sessão extraordinária o Conselho Diretivo da ACSS, IP, com a presença dos membros a saber: o Senhor Presidente Dr. José Carlos Caiado, a Senhora Vice-Presidente Dr.ª Carla Gonçalo e os Senhores Vogais Dr. Pedro Alexandre e Dr. Ricardo Mestre.

Ponto um: Apreciação e deliberação sobre as Contas e respetivas demonstrações financeiras do exercício de 2017 da ACSS, IP procedendo-se a alteração ao balanço das Contas aprovadas em reunião do passado dia vinte e quatro do mês de abril, decorrente de ajustamento aos saldos apurados no âmbito dos Contratos-Programa com os hospitais EPE e no sentido de mitigar eventual *plug account* na consolidação de contas de 2017.

Ponto dois: Proposta de aplicação de resultados do exercício de 2017 da ACSS, IP.

DELIBERAÇÕES

Ponto um: O Conselho Diretivo deliberou aprovar as contas do exercício de 2017 da Administração Central do Sistema de Saúde, IP, cujas demonstrações financeiras referidas a trinta e um de dezembro evidenciam a seguinte situação:

Balanço

Ativo líquido:	1.606.740.631,38 €
Passivo:	1.558.704.243,08 €
Fundo Patrimonial:	48.036.388,30 €

Demonstração de Resultados

Total de Proveitos:	7.391.048.839,96 €
Total de Custos:	7.346.638.715,97 €
Resultado Líquido:	44.410.123,99 €



Em termos de execução orçamental (contabilidade pública), a situação foi a seguinte:

Total da Receita Cobrada:	7.404.522.316 €
Total da Despesa Paga:	7.317.203.654 €
Saldo Orçamental a transitar:	87.318.662 €

Resultante dos fluxos de tesouraria ocorridos durante o exercício, o saldo de disponibilidades a transitar foi de **87.795.113 €**, sendo que o montante de 476.451 € se refere a operações extra-orçamentais.

Ponto dois: Proposta de aplicação de resultados do exercício de 2017 da ACSS, IP.

Em face das contas que aprovou, o Conselho Diretivo deliberou propor à tutela que o Resultado Líquido do Exercício de 2017 da ACSS, IP, no valor de **44.410.123,99 €** seja incorporado na conta de Resultados Transitados e que o saldo da conta de gerência de 2017, no montante de **87.318.662 €** seja transitado para a gerência de 2018.

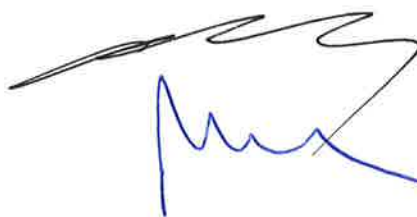
O CONSELHO DIRETIVO



José Carlos Caiado
Presidente do Conselho Diretivo



Carla Gonçalo
Vice-Presidente do Conselho Diretivo



Ricardo Mestre
Vogal do Conselho Diretivo

Pedro Alexandre
Vogal do Conselho Diretivo



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, Oficiais de Contas, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Administração Central do Sistema de Saúde I.P.**, (a ACSS/a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 que evidencia um total de **€ 1.606.740.631** (mil seiscentos e seis milhões, setecentos e quarenta mil, seiscentos e trinta e um euros) e um total de fundos patrimoniais de **€ 48.036.388** (quarenta e oito milhões, trinta e seis mil, trezentos e oitenta e oito euros), incluindo um resultado líquido de **€ 44.410.124** (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e dez mil, cento e vinte e quatro euros)), a demonstração dos resultados, os fluxos de caixa e os mapas de execução orçamental que evidenciam um total de **€ 7.404.348.687** (sete mil quatrocentos e quatro milhões, trezentos e quarenta e oito mil, seiscentos e oitenta e sete euros) de despesa paga e um total de **€ 7.492.143.800** (sete mil quatrocentos e noventa e dois milhões, cento e quarenta e três mil e oitocentos euros) de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Administração Central do Sistema de Saúde I.P. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCMS.

Bases para a opinião com reservas

Está reconhecida no ativo, na rubrica de acréscimos de proveitos, a quantia € 100.810.729 e na rubrica de clientes a quantia de € 250.923.812 respeitante ao saldo de convenções internacionais em que Portugal assume a posição de país credor. Por sua vez, estão reconhecidas no passivo, na rubrica de acréscimos de custos, a quantia de € 42 883 889 e na rubrica de fornecedores a quantia de € 267.813.990, também respeitantes ao saldo de convenções internacionais em que Portugal assume a posição de país devedor.

Estão, ainda, reconhecidas no passivo, na rubrica de acréscimos de custos a quantia de € 1.069.057 e na rubrica de outros credores a quantia de € 7.157.984 respeitantes a valores que a ACSS se assume com devedora perante as entidades das Regiões Autónomas no âmbito das referidas convenções internacionais.





Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, Lda. Oficiais de Contas, Lda.

Relativamente à convenção bilateral celebrada com Cabo Verde encontra-se reconhecida no passivo, na rubrica de acréscimos de custos a quantia de €5.600.161 sem que tenha sido reconhecida qualquer quantia referente a valores a receber.

A dilação temporal em que as informações são processadas, associada à falta de plenitude e fiabilidade de registos em base de dados apropriada para o controlo destes movimentos financeiros, não nos permite ter a segurança absoluta de que tais quantias representem de forma verdadeira e apropriada a situação devedora e credora relevada nas demonstrações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Chamamos a atenção para a Nota 2.39 das notas anexas às demonstrações financeiras que descreve a situação relacionada com a baixa probabilidade de realização de alguns saldos a receber de entidades públicas reportados a anos anteriores e respeitantes ao apuramento dos valores definitivos dos saldos de contratos programa, face aos seus défices permanentes, e que não são provisionáveis nos termos do normativo contabilístico aplicável (POCMS).

Conforme divulgado na Nota 2.39 das notas anexas às demonstrações financeiras a entidade procedeu, em 2017, à alteração da política contabilística referente à contabilização do impacto da revisão das estimativas de todos os contratos programa com as EPE até 2016, cujo impacto positivo foi relevado na conta de resultados transitados no montante de €242.539.661.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCMS;





Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, S.R.L. Oficiais de Contas, Lda.

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



**Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados** Oficiais de Contas, Lda.

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 11 de maio de 2018

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

*Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.V.M. sob o número 20161434*

representada pelo sócio

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC nº 681





Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, S.R.L. Oficiais de Contas, Lda.

RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto, designadamente, no artigo 6º do DL nº 35/2012, de 15 de Fevereiro e na alínea c) do nº 1 do artigo 28º da Lei nº 3/2004, de 15 de Janeiro (com as posteriores alterações), na qualidade de Fiscal Único, cumpre-nos apresentar o Relatório e formular o Parecer sobre a Conta de Gerência, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, os Fluxos de Caixa, e os Mapas de Execução Orçamental, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho Diretivo da **Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS)**, relativamente ao período compreendido entre 1 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017.

Procedemos à leitura e análise das Atas do Conselho Diretivo, bem como à verificação de outros elementos que julgámos apropriados nas circunstâncias, incluindo a documentação contabilística de suporte às operações, numa base de teste, de forma a dar cumprimento às funções que nos foram cometidas.

O Conselho Diretivo e os diversos Serviços da ACSS, prestaram-nos com prontidão todos os esclarecimentos e informações que solicitámos.

Os critérios de valorimetria adotados no exercício e descritos no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, estão em conformidade com os normativos contabilísticos aplicáveis em Portugal, no Setor Público da Saúde, tendo sido aplicados de forma consistente com o exercício anterior.

No âmbito do processo de apreciação das contas do exercício, analisámos o conteúdo do Relatório de Gestão incluído na Conta de Gerência, da responsabilidade do Conselho Diretivo, satisfazendo os requisitos legalmente exigidos.

Por não nos ter sido apresentado não nos pronunciamos sobre o relatório de atividades.

Verificámos ainda a conformidade da informação contida no Relatório de Gestão com a informação constante dos demais Documentos de Prestação de Contas apresentados pelo Conselho Diretivo.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas e de acordo com o exigido, designadamente, na alínea c) do artigo 28º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro (com as posteriores alterações), bem como nos artigos 44º e



45º da Lei 140/2015 de 7 de setembro, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas, que inclui uma reserva por limitação de âmbito e duas ênfases.

Face ao trabalho desenvolvido, entendemos que os documentos de prestação de contas referidos, quando lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma boa compreensão da situação financeira da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., em 31 de dezembro de 2017, bem como o resultado das suas operações do período findo naquela data.

A Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho Diretivo, no sentido da transferência para resultados transitados do lucro apurado no exercício, está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, pelo que reúne as condições necessárias para a sua aprovação.

PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Matérias relacionadas com as contas

Face ao trabalho desenvolvido, de acordo com o exposto e tendo em conta o teor da nossa Certificação Legal das Contas (CLC), somos de parecer que as Entidades de Tutela da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.:

- a) Aproveem a Conta de Gerência, que inclui o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas, referentes ao período compreendido entre 1 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, apresentados pelo Conselho Diretivo;
- b) Aproveem a Proposta expressa pelo Conselho Diretivo no seu Relatório de Gestão, relativa à transferência para Resultados Transitados do resultado líquido de **€ 44.410.124 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e dez mil, cento e vinte e quatro euros)** apurado no exercício, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis;

2. Outras matérias

De acordo com o trabalho que desenvolvemos, no âmbito das competências e atribuições cometidas ao Fiscal Único, expressamos ainda as seguintes opiniões:



**Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados** Oficiais de Contas, Lda.

- a) Confirmamos, tanto quanto é do nosso conhecimento, que a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., deu cumprimento à execução das obrigações legais relacionadas com a manutenção das reduções remuneratórias vigentes em 2017;
- b) Foi integralmente assegurado o respeito pelo princípio da unidade de tesouraria do Estado.

Lisboa, 11 de maio de 2018

O FISCAL ÚNICO

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.V.M. com o nº 20161434*

representada pelo sócio

*José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC nº 681*



Relatório e Contas

Gerência

1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017

11 de maio de 2018

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE, IP

Parque de Saúde de Lisboa | Edifício 16, Avenida do Brasil, 53

1700-063 LISBOA | Portugal

Tel Geral (+) 351 21 792 58 00 Fax (+) 351 21 792 58 48



REPÚBLICA
PORTUGUESA
SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE

www.acss.min-saude.pt